

Quem disse ?

«“Terceira via” significa piscar o olho ao centro para ganhar a eleição? Isso é uma coisa meramente tática e que não tem valor científico do ponto de vista de categoria política nova.»

Mário Soares
Universidade George
Washington, dia 2 de Dezembro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº999 10 DEZEMBRO 1998 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/impressao/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Saramago recebe Nobel

Ouçam como ele escreve...

Uma Festa da Língua Portuguesa assinala, hoje, em Lisboa, a cerimónia da entrega, em Estocolmo, do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago.

Entretanto, na Suécia, o escritor prepara-se para o grande momento. Nos discursos que profere durante as inúmeras iniciativas em que tem participado, o Nobel português passa uma mensagem humanitária que coincide, precisamente, com a celebração internacional do 50º aniversário da consagração da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Sendo o escritor português vivo mais lido no mundo e que, paradoxalmente, afirma não gostar de escrever, Saramago disse uma vez encarar com alegria o facto de ainda haver lugares na Terra onde ninguém o conhece. Porém, com o Nobel que hoje lhe é entregue, José Saramago sabe que esses reconfortantes momentos de anonimato se tornarão cada vez mais raros.

Chegada a hora da consagração internacional, o escritor vive, nas suas próprias palavras, «verdadeiros vendavais de espírito», difíceis de traduzir em palavras, mesmo para ele, hábil manu-seador do verbo.

O reconhecimento da prestigiada e mítica Academia Sueca, encontrou um José Saramago com 76 anos, 30 livros publicados e com a memória de uma longa caminhada pela vida.

Aquele que é hoje Nobel da Literatura é também um homem de porte sisudo, temperamento reservado, posições polémicas, escrita densa e pujante.

A originalidade do seu talento sobressai na estrutura do texto: uma oralidade viva, trabalhada através do ritmo narrativo, da sintaxe e de uma irreverente forma de pontuar exprime, com amargura quase habitual, a sua posição crítica perante um mundo que está mal, mas que tem ainda possibilidades de mudar.

A prosa do Nobel da Literatura Português contém uma dimensão sonora e, por isso, aos seus críticos, bem como aos seus leitores/admiradores, pede-lhes um esforço extra: ouvir como Saramago escreve.



CONSTRUÇÃO DO ALQUEVA SAMPAIO ELOGIA CORAGEM DO GOVERNO

Durante três dias, o chefe de Estado visitou alguns dos mais importantes empreendimentos em curso no Alentejo, deslocando-se ao Porto de Sines, à Base Aérea de Beja e ao projecto do Alqueva. No concelho de Mourão, o Presidente da República não hesitou em elogiar a coragem do actual Governo, que concretizou um sonho de várias gerações de alentejanos ao arrancar decisivamente com a execução da barragem do Alqueva. Outra das mais importantes mensagens de Jorge Sampaio passou por lembrar que nenhuma parcela do território nacional pode ser esquecida. O desenvolvimento, sublinhou, tem de chegar a todas as zonas do País. «Nenhum português é dispensável!», advertiu o chefe de Estado.

Governo

Gestão autárquica POCAL aprovado



O Conselho de Ministros aprovou, no dia 3, em Lisboa, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), definindo-se os princípios orçamentais, contabilísticos e os de controlo interno, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, o balanço, bem como os documentos previsionais e os de prestação de contas.

Sociedade & País

Plano Nacional de Emprego Mais de 28 mil desempregados com acompanhamento personalizado



Mais de 28 mil desempregados foram convocados pelos Centros de Emprego entre Julho e Outubro para constituição de um processo de acompanhamento personalizado, revela o primeiro relatório intercalar do Plano Nacional de Emprego (PNE).



Falar Português

O ano de 1998 tem sido para Portugal e para os portugueses um ano de excepção.

O sucesso que foi a realização da última Exposição Mundial do milénio, que reuniu um vasto conjunto de países e organizações permitindo a recuperação e valorização da zona oriental de Lisboa que se encontrava completamente degradada, e a entrada de Portugal no primeiro grupo dos países fundadores do euro, foram dois dos momentos mais altos vividos pelos portugueses no ano que agora está prestes a terminar.

A conclusão de grandes obras públicas como a Ponte Vasco da Gama, a definição do trajecto da auto-estrada para o Algarve e o alargamento do Plano Rodoviário Nacional, a garantia de financiamento por parte da Comunidade da Barragem do Alqueva e, mais recentemente, a assinatura do Convénio entre Portugal e a Espanha sobre a água que regula a existência de caudais nos diferentes rios, são outros factores que, certamente, marcam igualmente de forma positiva o ano de 1998.

Hoje a língua e a cultura portuguesa sobem ao mais alto degrau do reconhecimento público mundial ao ser atribuído, em cerimónia a decorrer em Estocolmo, ao escritor José Saramago o galardão de Prémio Nobel da Literatura.

Este prémio que enche de orgulho todos os portugueses é mais uma prova do valor e do reconhecimento que Portugal tem vindo a granjear na Europa mas também no mundo.

Internamente, Portugal tem vindo a reestruturar-se económica e socialmente, tornando-se cada vez mais um país de nível europeu, preparando-se para os desafios do amanhã e sobretudo implementando reformas estruturantes que garantirão um melhor futuro.



EANES REELEITO POR LARGA MARGEM

A reeleição de Eanes por larga margem à primeira volta nas eleições presidenciais que disputou com Soares Carneiro, o candidato apoiado pela AD e toda a direita extraparlamentar, era o grande tema da edição de 11 de Dezembro de 1980 do órgão oficial do PS, que lhe dedicava a primeira página e as centrais. Numa análise aos resultados eleitorais o «Acção Socialista» titulava que «Eanes foi "buscar" votos ao eleitorado da "AD"».

O camarada Salgado Zenha, revelando uma grande clarividência política face ao que tinha estado em jogo nas eleições presidenciais, afirmava que para o PS importava ter em conta três factores fundamentais na permanência de Eanes em Belém: «A garantia do respeito pela Constituição, a manutenção de uma lei eleitoral democrática e a garantia de que não serão diminuídas as actividades da oposição democrática.» Na sua habitual coluna «Entre Militantes», o camarada Mário Soares fazia uma «reflexão serena» sobre os resultados das eleições presidenciais.

J. C. C. B.

11 de Dezembro

Quem disse?

«As reservas que ponho à actuação do Presidente (Eanes) agora reeleito, têm a ver especialmente com o seu relacionamento político, a meu ver passível de graves críticas, com os partidos. Não têm nem nunca tiveram nada de pessoal, como sabem todos aqueles que me conhecem.»

Mário Soares



«Mitch» Portugal propõe Fundo de Apoio à Reconstrução

Portugal propôs a criação de um Fundo Ibero-Americano de Apoio à Reconstrução da América Central e da República Dominicana para o qual contribuirá com cerca de 50 mil contos (300 mil dólares), informou, na passada quinta-feira dia 3, um comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A iniciativa portuguesa, que recolheu larga aceitação e a que se associaram de imediato vários países, foi apresentada numa reunião dos responsáveis pela cooperação Ibero-Americana realizada em Antigua (Guatemala).

O encontro, da iniciativa do Secretariado Pro-tempore da Cimeira Ibero-Americana - que é assegurado por Portugal através do Instituto da Cooperação Portuguesa -, des-

tinou-se a analisar a situação humanitária e social resultante da passagem dos furacões «Mitch» e «Georges» em vários países da América Central e na República Dominicana.

Os responsáveis pela cooperação ibero-americana, agradecendo à comunidade internacional o apoio prestado no reequilibrar da dívida externa dos países afectados, apelaram a que esta interceda junto dos organismos financeiros internacionais para que estes financiem a execução dos programas de reconstrução na região.

Com esta iniciativa, eleva-se a 650 mil dólares o apoio de Portugal às vítimas da tragédia que assolou a América Central, refere o comunicado.

Electricidade baixa 4,7 por cento para as famílias

Os portugueses vão ter a electricidade mais barata no próximo ano. Assim, a partir de 1 de Janeiro de 1999, os preços da electricidade vão descer 10 por cento para os consumidores industriais e 4,7 por cento para os consumidores domésticos.

O anúncio foi feito no dia 4 pelo presidente da Entidade Reguladora do Sector Eléctri-

co, Jorge Vasconcelos.

A média global de descida do tarifário da energia eléctrica é de 6,4 por cento, ficando ainda 5 por cento acima do praticado na vizinha Espanha.

A descida do tarifário da electricidade foi aplaudida pela indústria. As nossas empresas ficam assim mais competitivas.

Dia da Independência Sampaio quer valorização da língua e património

A globalização obriga a «um esforço cada vez maior de valorização e afirmação dos factores de identidade das comunidades nacionais», afirmou no passado dia 1 de Dezembro o Presidente da República, defendendo ainda a criatividade para assinalar as datas comemorativas.

Falando nas cerimónias do Dia da Independência,

Jorge Sampaio assinalou que não é apenas a história que interessa valorizar, mas também factores que hoje têm de ser automatizados, como a língua, o património nos seus múltiplos aspectos, o «conhecimento, como património que permite a uma sociedade vencer os desafios que se colocam no seu tempo».

Defesa da dignidade humana O «papel inequívoco» da sociedade...

A ministra da Saúde, Maria de Belém, sublinhou, no dia 4, em Fátima, o papel das instituições particulares e de voluntariado no apoio ao Estado para a resolução dos problemas na área da saúde e, nomeadamente, na «defesa da dignidade humana».

Maria de Belém citou os sectores da saúde materno-infantil e da violência familiar como dois campos onde «as instituições que emanam da sociedade» têm um «papel inequívoco» a desempenhar, pois «o Estado não pode fazer tudo».

«O Serviço Nacional de Saúde não se assume como única entidade que deve contribuir para alcançar os objectivos» definidos pelo Ministério, disse a ministra, destacando o trabalho da Igreja, através da Pastoral da Saúde, neste domínio.

Na ocasião, a governante defendeu ainda uma «preparação dos profissionais» de saúde para a intervenção no terreno, junto de «grupos mais vulneráveis» - dentro dos quais se verificam muitos casos de violência familiar -, por forma a resolverem-se as situações precocemente.

Maria de Belém referiu que isto já acontece ao nível das Comissões do Rendimento Mínimo Garantido, com intervenção de vários ministérios, e na utilização, por parte do Ministério da Saúde, de carrinhas equipadas - «que são quase um pequeno centro de saúde ambulante» - que se deslocam a locais previamente definidos para fazer «uma abordagem global dos problemas da saúde».

Setúbal, Lisboa e Porto são cidades onde estas carrinhas já circulam.

ALENTEJO

Presidente apela a um desenvolvimento harmonioso

SAMPAIO ELOGIA CORAGEM DO GOVERNO NA CONSTRUÇÃO DO ALQUEVA

Durante três dias, o chefe de Estado visitou alguns dos mais importantes empreendimentos em curso no Alentejo, deslocando-se ao Porto de Sines, à Base Aérea de Beja e ao projecto do Alqueva. No concelho de Mourão, o Presidente da República não hesitou em elogiar a coragem do actual Governo, que concretizou um sonho de várias gerações de alentejanos ao arrancar decisivamente com a execução da barragem do Alqueva. Outra das mais importantes mensagens de Jorge Sampaio passou por lembrar que nenhuma parcela do território nacional pode ser esquecida. O desenvolvimento, sublinhou, tem de chegar a todas as zonas do País. «Nenhum português é dispensável», advertiu o chefe de Estado.

O Presidente da República apelou domingo, no final de uma visita de três dias por terras alentejanas, para a necessidade de ser feito o máximo possível no sentido de se promover uma melhor distribuição do desenvolvimento por todas as parcelas do território nacional. As palavras de Jorge Sampaio foram proferidas antes de um almoço ao ar livre com a população da Aldeia da Luz, no concelho de Mourão, que ficará submersa pela albufeira gerada pela futura Barragem do Alqueva.

Falando de um palco improvisado e depois de ter cumprimentado os populares, o chefe de Estado referiu-se à necessidade de desenvolver a grande terra alentejana, considerando ser preciso valorizar as iniciativas que se encontram em curso, como os projectos do Alqueva, o Porto de Sines e a Base Aérea de Beja — todos estes locais por si visitados sábado e domingo. «Não nos podemos esquecer uns dos outros», reforçou de forma veemente o Presidente da República, frisando que «Portugal é único». Ao referir-se de passagem à recente discussão sobre a criação das regiões administrativas, declarou não se poder esquecer que «dentro da unidade que é Portugal há diferenças de desenvolvimento. Não nos podemos esquecer de nenhuma parcela do território nacional», sublinhou o chefe de Estado, alertando depois para «as grandes oportunidades de desenvolvimento futuro que não podem ser perdidas».

No que concerne ao projecto do Alqueva, Jorge Sampaio considerou que se tratava de «uma utopia e esperança de muitas e muitas gerações» e enalteceu a «coragem decisiva do Governo» ao avançar com a construção da barragem. Demonstrando alguma emoção nesta passagem do seu discurso, o Presidente da República voltou a advertir que «o País é pequeno de mais para ter portugueses dispensáveis. Conta-



mos com todos os portugueses», afirmou, reiterando as potencialidades do Alqueva e a esperança de que os mais novos não tenham os problemas que viveram as outras gerações no Alentejo.

Alentejo competitivo a prazo

Durante a sua visita à barragem do Alqueva, o Presidente da República defendeu a ideia que o País devia um acréscimo de solidariedade em relação ao Alentejo. Usando da palavra nas instalações da Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva (EDIA), sessão durante a qual as estratégias de desenvolvimento foram debatidas, o chefe de Estado foi claro em advertir que este projecto «não se faz para manter as tradições. Faz-se para as inverter».

A seguir, alertou para a fase de pós-construção, que exigirá novos esforços em termos de gestão da água e de reordenamento da propriedade agrícola, que abandonará a monocultura e ficará mais virada para as culturas de regadio. Para Jorge Sampaio, «passou a fase em que o Alqueva era mitologia e esperança feita de desespero. Agora que passou a ser visível, é preciso construir-se novas utopias realizáveis. Quem comparar o que se passou de um lado e de outro da fronteira, verifica que nos atrasámos muito», insistiu, tendo a seu lado os ministros João Cravinho e Capoulas dos Santos, a secretária de Estado Maria José Constâncio e

empresário nortenhos (representados por Ludgero Marques, presidente da Associação Industrial Portuense).

Igualmente numa tentativa de atrair investimentos privados para o Alentejo, Carlos Zorrinho, dirigente nacional do PS e coordenador do Pro-Alentejo, falou da possibilidade de, com apostas estruturais, conseguir um Alentejo competitivo em cinco anos a dez anos. «No momento em que o Governo decidiu avançar com a barragem, sem esperar pelo apoio comunitário, deu uma imagem clara de estar a operar uma mudança política», lembrou. Por seu turno, João Cravinho não hesitou em afirmar que o País «tem de assumir as consequências da sua soberania», justificando assim o investimento feito no Alqueva, sem o qual, acrescentou, Portugal teria ficado «desprovido de uma enorme reserva estratégica de água».

Investimentos em Beja e Sines

Mas a visita do Presidente da República começou sábado em Beja, onde esteve acompanhado pelos ministros João Cravinho, Pina Moura e pelos secretários de Estado Consiglieri Pedroso, José Penedos e Maria José Constâncio.

Nesta cidade do Baixo Alentejo, foi anunciada a intenção governamental de abrir aquela unidade militar à aviação civil. João Cravinho revelou então que o grupo interministerial do Governo, que está a analisar a questão, evoluirá agora para uma

comissão mais alargada para debater um futuro estudo de viabilidade económica. «É necessário que um grupo internacional com experiência efectue um estudo económico dos possíveis tráfegos aéreos que a base ainda poderá atrair», explicou o ministro do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território. A este propósito, o Presidente da República considerou essenciais estes passos iniciais. «Apesar de a celeridade dever ser a pedra de toque para o futuro, é necessário que também exista uma concertação fortíssima e decisões sustentadas e fundamentadas», disse. Depois, o chefe de Estado deslocou-se ao Porto de Sines, onde, até ao ano 2001, serão investidos mais de 83 milhões de contos em infra-estruturas, equipamentos, no terminal de contentores e no terminal de gás natural. No período destinado a prestar informações ao Presidente da República, Consiglieri Pedroso falou da centralidade do Porto de Sines face às rotas mundiais dos navios de carga.

Por sua vez, o ministro da Economia explicou que a política energética nacional tem três vectores fundamentais: promover a competitividade da economia portuguesa, baixando a factura do consumo industrial, melhorar o desenvolvimento ambiental do sector da energia e garantir a salvaguarda da autonomia e da independência nacional. Ainda segundo Pina Moura, com a decisão do Conselho de Ministros de construir em Sines um terminal de gás natural, ficou garantido que o País deixará de ficar dependente do fornecimento do gás argelino.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO LOCAL – O secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto de Carvalho, presidiu, no dia 4, em Setúbal, à celebração de 27 protocolos com igual número de instituições privadas de interesse público do distrito.

AGRICULTURA - O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, salientou, no dia 5, em Coimbra, a importância dos alimentos com denominação de origem, vaticinando que os consumidores portugueses optarão um dia, definitivamente, pelos produtos tradicionais certificados.

Capoulas dos Santos falava aos jornalistas no âmbito da I Feira Distrital do Mel e da Castanha, uma iniciativa do Governo Civil de Coimbra. Questionado pela imprensa sobre essa coexistência em feiras - como esta de Coimbra e outras realizadas por autarquias, outros organismos oficiais e associações de produtores em municípios integrados na área da Serra da Lousã (mel com denominação de origem protegida), o ministro da Agricultura disse que «os consumidores optarão» mais tarde ou mais cedo. «Não creio que essa situação possa perdurar por muito tempo», sublinhou, num ambiente de feira e festa dominado pela presença maioritária de apicultores daquela zona montanhosa do distrito, em cuja flora predominam a urze e outras ericáceas.

Na opinião de Capoulas dos Santos, «o individualismo começa a dar lugar à auto-organização dos produtores».

COMUNICAÇÃO SOCIAL - O Estado vai participar em 50 por cento o preço do serviço da agência Lusa para os jornais regionais e as rádios locais dos concelhos do interior do País.

O anúncio deste incentivo foi feito, no dia 3, pelo secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, na abertura do I Congresso dos Meios de Comunicação Social de Inspiração Cristã e de Língua Portuguesa, que decorreu na Universidade Católica, em Lisboa.

A agência noticiosa portuguesa já fornece um serviço específico para os jornais regionais e as rádios locais, no âmbito de um protocolo com a Secretária de Estado da Comunicação Social. Por o serviço que lhes é dirigido, os jornais regionais diários pagam 25 contos mensais e os semanários e publicações de menor periodicidade 15 contos por mês, enquanto as rádios locais gastam 25 contos mensalmente.

Para os jornais regionais é enviada uma selecção reduzida do serviço total da Lusa, com especial atenção para o noticiário regional, enquanto as rádios locais recebem hora a hora, entre as 7e 30 e as 23 e 30, um bloco noticioso pronto a ser lido.

Este bloco de notícias, redigidas especificamente para rádio, é feito a partir do noticiário geral da agência e dá também particular atenção às questões regionais.

Três dezenas de rádios locais e o outros 30 jornais regionais recebem aqueles serviços específicos da Lusa.

DESENVOLVIMENTO RURAL – O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, deslocou-se, no dia 4, ao Algarve, onde inaugurou a Zona Agrária de Lagoa e procedeu à assinatura de convenções de financiamentos com as autarquias, relativos às intempéries ocorridas em 1997.

Assim, foi atribuído à região algarvia o montante de 957 mil contos para fazer face à reparação de infra-estruturas rurais e agrícolas de entidades colectivas e agricultores individuais. Aos agricultores e suas associações foi concedido um subsídio de 304 590 056 escudos, contemplando 315 profissionais e entidades.

DESPORTO – O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, reuniu-se, no dia 3, em Lisboa, com a direcção da Federação Portuguesa de Atletismo para fazer o ponto da situação da organização do Mundial de Pista Coberta de 2001.

O levantamento dos equipamentos necessários à realização da prova e nas condições oferecidas pelo Pavilhão Multiusos foram dois dos pontos abordados no decorrer da visita ao local previsto para a competição.

EQUIPAMENTO – O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, participou, no dia 3, na cerimónia oficial de abertura ao tráfego dos lanços do IC 1 Póvoa de Varzim/Ápúlia/Ponte do Neiva.

JUSTIÇA – O secretário de Estado adjunto do ministro da Justiça, José Manuel de Matos Fernandes, esteve presente, no dia 5, na cerimónia de assinatura de um protocolo entre a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e o Futebol Clube do Porto (FCP), realizada nas instalações deste clube norteño.

O documento visa a colocação de reclusos em situação de regime aberto em diversas unidades orgânicas do FCP para a concretização de tarefas laborais específicas nas áreas de limpeza e manutenção de instalações.

JUVENTUDE – O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, presidiu, no dia 4, na Figueira da foz, à cerimónia de encerramento do I Congresso da Figueira sobre Toxicodpendência e Sexualidade, subordinado ao tema «Que Horizontes?».

Neste congresso, iniciado na passada quinta-feira, participaram cerca de 500 pessoas, entre estudantes, professores e profissionais do sector.

«Toxicodpendência e Criminalidade», bem como «Educação/Sexualidade/Violência» foram dois dos temas em discussão, num encontro que visou sensibilizar a comunidade para estes problemas, reforçando em particular a vertente da prevenção.

PESCAS - O secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, anunciou, no dia 4, em Faro, um investimento de 81 mil contos em apoios comunitários à indústria pesqueira algarvia. Os investimentos distribuem-se pelos concelhos de Olhão, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António, destinando-se maioritariamente à aquicultura e à modernização da frota.

Para além destes 26 projectos agora homologados pelo secretário de Estado das Pescas, os quatro concelhos já tinham sido contemplados anteriormente com mais 245 projectos ao abrigo da Iniciativa Comunitária de Pesca.

No seu conjunto, os projectos destinam-se a tornar a pesca algarvia mais competitiva, bem como a indústria transformadora do sector e permitir uma maior mobilidade profissional entre sectores em crise e sectores em crescimento.

A Iniciativa Comunitária de Pesca é um programa, com uma componente social, que se dirige preferencialmente às comunidades piscatórias em situação económica difícil, onde existe o risco de ruptura social.

SOLIDARIEDADE - O «Círculo Maravilha» fez rir e emocionou a vasta plateia dos participantes no seminário que marcou as comemorações nacionais do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, iniciadas na passada quinta-feira, em Tomar, e às quais se associou, no dia 4, o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, que encerrou o seminário, riu com as centenas de participantes no encontro,

com a expressividade da apresentadora, as traquinices dos palhaços Esparguete e Bolinha, a «ligeireza» de Miss Nela, a equilibrista, a força de Miss Músculos e a magia do professor Vasculho, o ilusionista.

Todos os actores são frequentadores do oitavo centro da Associação de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais, do Vale de Santarém, e mostraram o resultado de um trabalho que a responsável do centro afirma que gostaria de ver alargado à comunidade com a integração no grupo de «crianças ditas normais».

As comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que se celebra a 3 de Dezembro por decisão da Assembleia Geral da

ONU, decorreram este ano em Portugal sob o lema «Para uma nova cultura da prevenção», reunindo especialistas e técnicos e visando, além da reflexão científica, sensibilizar a comunidade para os problemas desta população, muitas vezes estigmatizada e excluída.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade prometeu que o Executivo socialista prosseguirá com as políticas de inclusão, continuando a campanha de sensibilização da opinião pública e em particular dos empregadores, com medidas que visem a acessibilidade e a adequação do emprego às pessoas portadoras de deficiência, bem como com os apoios às famílias.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 3 de Dezembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que introduz o gás natural no mercado energético português;
- Um decreto-lei que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);
- Um decreto-lei que constitui a Sociedade Porto 2001, SA;
- Um decreto-lei que aprova o processo de reprivatização de cerca de 95 por cento do capital social da Companhia de Papel do Prado;
- Uma resolução que homologa os despachos de adjudicação, pelo ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, de quatro concursos relativos a concessões de exploração de serviços de transporte aéreo regular nas ligações entre Ponta Delgada e Lisboa e Porto, entre Ponta Delgada e Funchal, entre Horta e Lisboa e entre Terceira e Lisboa;
- Um decreto-lei que aprova a suspensão parcial e dos Planos Directores Municipais de Vila Nova de Foz Côa, de Pinhel, de Figueira de Castelo Rodrigo e de Meda e estabelece medidas preventivas para a área sujeita ao plano de salvaguarda do Parque Arqueológico do Vale do Côa;
- Um decreto-lei que define as normas regulamentadoras do quadro de pessoal do Hospital do Professor Doutor Fernando Fonseca e a forma de mobilidade do pessoal vinculado à função pública que nele preste serviço;
- Um decreto-lei que autoriza o pessoal destacado ou requisitado na sindicância à Junta Autónoma de Estradas a auferir uma remuneração complementar de 20 por cento;
- Um decreto-lei que aprova os estatutos do Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade;
- Um decreto-lei que aprova o regime da alienação e da reafecção dos imóveis pertencentes ao domínio privado do Estado afectos ao Ministério da Defesa Nacional;
- Um decreto-lei que institui um novo regime jurídico aplicável aos transportes rodoviários e de mercadorias, por conta de outrem e por conta própria, nacionais e internacionais;
- Um decreto-lei que estabelece a organização da prestação de cuidados de psiquiatria e saúde mental;
- Um decreto-lei que torna extensivo aos cursos de formação complementar organizados nos termos do decreto-lei n.º 255/98, de 11 de Agosto, o regime de apreciação constante dos artigos 1º e 2º do decreto-lei n.º 324-C/98, de 28 de Julho;
- Um decreto-lei que prorroga, até 31 de Outubro de 1999, o funcionamento em regime de instalações de diversas instituições de ensino superior politécnico;
- Um decreto-lei que altera os artigos 1º e 2º do decreto-lei que regula a ocupação dos solos objecto de incêndios florestais;
- Um decreto-lei que regulamenta a lei n.º 14/98, de 20 de Março, onde se consagra o direito de antecipação da idade de pensão de velhice das bordadeiras de casa da Madeira;
- Um decreto regulamentar que altera as escalas indicatórias das carreiras do pessoal dos Serviços Gerais, em consonância com os termos do diploma que procede à revisão do regime de carreiras;
- Um decreto que aprova o protocolo modificativo por troca de notas, de 23 de Agosto de 1997, ao acordo entre a República Portuguesa e a República Federativa da Jugoslávia relativo à Cooperação no Domínio dos Transportes Marítimos;
- Uma proposta de resolução que aprova o Tratado de Extradicação entre a República Portuguesa e os Estados Unidos Mexicanos;
- Uma proposta de resolução que aprova o Tratado de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal entre a República Portuguesa e os Estados Unidos Mexicanos;
- Uma resolução que nomeia o ministro plenipotenciário do quadro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, José Ernest Henzler Vieira Branco vogal do Conselho de Administração do ICEP - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal;
- Uma deliberação que aprova a minuta do Acordo de Reequilíbrio Financeiro IV a celebrar entre o Estado Português e a Lusoponte - Concessionária para a Travessia do Tejo, SA, no montante de 4 850 000 000\$, designando como seu representante o ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território;
- Um decreto regulamentar que aprova as escalas salariais das carreiras do pessoal auxiliar dos serviços e estabelecimentos da Segurança Social;
- Um decreto regulamentar que altera as escalas salariais das carreiras e categorias do pessoal não docente dos estabelecimentos do ensino não superior;
- Um decreto-lei que estabelece o processo de integração dos assistentes eventuais aprovados em concurso de provimento e com garantia de estabilidade de trabalho, em lugares da categoria de assistente das carreiras médicas;
- Um decreto-lei que procede à adaptação à administração local do decreto-lei que estabelece as regras sobre o ingresso, acesso e progressão nas carreiras e categorias do regime geral bem como as respectivas escalas salariais;
- Um decreto-lei que cria o Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI) e extingue o Conselho de Mercados das Obras Públicas e Particulares (CMOPP).

GÁS NATURAL JÁ ESTÁ NO MERCADO

O Executivo socialista deu luz verde a uma resolução que introduz o gás natural no Mercado Energético Português na última reunião do Conselho de Ministros, realizada na passada quinta-feira, dia 3.

Esta resolução vem dar seguimento às conclusões do estudo que o Ministério da Economia entendeu, através do despacho 75/98, de 28 de Maio, mandar fazer para análise da viabilidade técnica, económica e financeira para a construção de um terminal de gás natural liquefeito (GNL) na Costa Portuguesa.

O estudo, cometido à Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, SA, empresa que detém a concessão para a importação, transporte e fornecimento de GN através da rede de alta pressão, e em que foram tidos em conta os impactos positivos desta opção infra-estruturante, designadamente nas áreas do Ambiente, Desenvolvimento Regional, Emprego, Transportes e da Ciência e Tecnologia, concluiu pela viabilidade da construção de um terminal na costa portuguesa, dimensionado à recepção e armazenagem de GNL e emissão para a rede nacional de GN.

Com a presente resolução atribui-se carácter prioritário de actuação ao desenvolvimento dos estudos técnicos e das negociações com as autoridades portuárias de Sines; ao estabelecimento da estrutura



de desenvolvimento do projecto do Terminal de GNL mediante a definição de um modelo contratual e organizacional que possa permitir uma eficiente gestão de riscos e a optimização da estrutura de financiamento; e à definição de uma metodologia adequada à avaliação do impacto ambiental deste projecto, medi-

ante estreita colaboração dos serviços públicos responsáveis e da concessionária, por forma a que os estudos a realizar e a respectiva apreciação e aprovação decorram com a melhor eficiência e oportunidade.

Neste contexto, comete-se à Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, SA,

no âmbito do respectivo contrato de concessão, nomeadamente, a responsabilidade de promover a realização dos estudos de concepção e projecto, da construção e da exploração de um terminal de GN, bem como a dever de desenvolver todos os contactos com as autoridades nacionais e comunitárias que se revelem adequados para garantir o licenciamento necessário e obter os financiamentos públicos no contexto dos pressupostos considerados no referido estudo de viabilidade.

É igualmente cometida à Transgás a constituição, para o efeito, de uma sociedade por ela detida maioritariamente, à qual poderá subconceder as obrigações e direitos nele aplicáveis à construção e exploração do terminal.

Por outro lado, a Direcção-Geral de Energia (DGE) fica comprometida, no âmbito das suas competências, dar início aos procedimentos relativos à prevista expansão do sistema electroprodutor, de forma a compatibilizar a indispensável diversificação e segurança de abastecimento de GN com a necessária expansão e modernização do sistema electroprodutor.

É ainda cometida à DGE a preparação de legislação e regulamentação técnica que se revele necessária relativa à construção e exploração do terminal, bem como à possível utilização de GN na forma criogénica.

POCAL APROVADO

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 3, em Lisboa, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), definindo-se os princípios orçamentais, contabilísticos e os de controlo interno, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, o balanço, bem como os documentos previsionais e os de prestação de contas.

O decreto-lei, todo ele inovador para as autarquias locais, consubstancia a reforma da administração financeira e das contas públicas do sector da administração autárquica, e consiste na adaptação das regras do Plano Oficial de Contabilidade Pública à administração local, tal como é previsto no artigo 6º n.º 2 da Lei das Finanças Locais.

O principal objectivo do POCAL é a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos - numa contabilidade pública moderna, que constitua um instrumento fundamental de apoio à ges-

tão das autarquias locais.

O diploma define, pois, o regime de contabilidade autárquica a que passam a ficar sujeitos os municípios, as freguesias, as associações de municípios e de freguesias de direito público, e ainda as áreas metropolitanas e todas as entidades que, por lei, estão sujeitas ao regime de contabilidade das autarquias locais.

Por seu lado, os serviços municipalizados, enquanto parte da estrutura municipal, passam a aplicar este diploma, tendo em conta o disposto no decreto-lei n.º 232/97, de 3 de Setembro.

Deste modo, estabelece-se pela primeira vez a possibilidade dos órgãos municipais tomarem decisões a partir de documentos previsionais e de prestação de contas uniformes, elaborados segundo métodos e procedimentos comuns, nomeadamente no que respeita à determinação do valor das tarifas e preços.

Finalmente, são estabelecidas as fases para a implementação deste regime contabilístico para autarquias locais.

As sete vantagens do POCAL

O novo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais permitirá:

- O controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspectiva de caixa e de compromissos.
- O estabelecimento de regras e procedimentos específicos para a execução orçamental e modificação dos documentos previsionais, de modo a garantir o cumprimento integrado, a nível dos documentos previsionais, dos princípios orçamentais, bem como a compatibilidade com as regras previsionais definidas.
- Atender aos princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública, retomando os princípios orçamentais estabelecidos na Lei do Enquadramento do Orçamento do Estado, nomeadamente na orçamentação das despesas e receitas e na efectivação dos pagamentos e recebimentos.
- Na execução orçamental, devem ser tidos sempre em consideração os princípios da mais racional utilização possível das dotações aprovadas e da melhor gestão de tesouraria.
- Uma melhor uniformização de critérios de previsão, com o estabelecimento de regras para a elaboração do orçamento, em particular no que respeita à previsão das principais receitas, bem como das despesas mais relevantes das autarquias locais.
- A obtenção expedita dos elementos indispensáveis ao cálculo dos agregados relevantes da contabilidade nacional.
- A disponibilização de informação sobre a situação patrimonial de cada autarquia local.

DESTAQUE – CM

Porto 2001

PREPARAÇÃO EM MARCHA

O Governo constituiu, no dia 3, a Sociedade Porto 2001, SA e aprovou os respectivos estatutos. Os ministros reunidos na Presidência do Conselho na passada quinta-feira, aprovaram um decreto-lei que visa criar o instrumento necessário para proceder à concepção, planeamento e execução de todas as acções que permitam a realização do Porto, Capital Europeia da Cultura, em 2001, e as que se relacionam no âmbito da requalificação urbana. À semelhança com o que aconteceu com Lisboa'94 e a Expo'98, estas tarefas são confiadas a uma entidade de estrutura empresarial, a sociedade Porto 2001, SA, uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, em que são accionistas o Estado e o município do Porto. A sociedade, com sede na Casa das Artes, Palácio Viar de Allen, na Cidade Invicta, durará até 30 de Junho de 2002. O capital social é de quatro milhões de contos, subscrito pelo Estado em 98,75 por cento, ao que equivale o valor de três milhões novecentos e cinquenta mil contos, e pelo município do Porto em 1,25 por cento, ao que equivale o valor de 50 mil contos. O capital social encontra-se realizado em 100 mil contos, em partes iguais pelo Es-



tado e pelo município do Porto.

O remanescente do capital deverá ser realizado de harmonia com as necessidades da sociedade, tal como forem definidas pelo conselho de administração, mas sempre com a observância dos limites máximos.

As acções representativas do capital realizado pelo Estado serão detidas pela Direcção-Geral do Tesouro, podendo a sua gestão ser entregue, por despacho conjunto dos ministros das Finanças, do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e da Cultura, a uma pessoa colectiva de direito público, ou a sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos.

Os direitos do Estado como accionista serão exercidos através de um representante designado por despacho conjunto dos ministros das Finanças, do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e da Cultura.

Por outro lado, e com vista a reforçar a organização e a dinamizar este evento cultural, o Executivo socialista compromete-se a subsidiar a sociedade ora constituída, através do Ministério da Cultura, no montante de quatro milhões de contos, repartido pelos anos de 1998, 2000 e 2001.

DESTAQUE – CM

Património

COMPLEXO MUSEOLÓGICO DO CÔA SOB PROTECÇÃO

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 3, a suspensão parcial e dos Planos Directores Municipais de Vila Nova de Foz Côa, de Pinhel, de Figueira de Castelo Rodrigo e de Meda.

A decisão do Executivo inclui, igualmente uma série de medidas preventivas para a área sujeita ao plano de salvaguarda do Parque Arqueológico do Vale do Côa.

O decreto-lei aprovado visa permitir a instalação de um complexo museológico e administrativo e a realização simultânea dos trabalhos de recuperação paisagística da zona do Parque Arqueológico do Vale do Côa, para o que estabelece medidas preventivas que obstaculizem determinadas acções, por forma a não tornar mais difícil e onerosa a execução daqueles projectos. No documento estabelece-se que, nessa área, fica dependente de autorização prévia do Instituto Português de Arqueologia (IPA), e sem prejuízo de quaisquer outras competências ou condicionamentos legalmente abrangidos, a prática dos actos ou actividades como criação de novos núcleos populacionais; construção, reconstrução ou ampliação de edifícios ou outras instalações; instalação de explorações ou ampliação das já existentes; alterações importantes, por meio de aterros ou esca-



vações, à configuração geral do terreno; derrube de árvores em maciço com qualquer área; e/ou destruição do solo vivo e do coberto vegetal.

Por fim, determina-se que as Câmaras Municipais de Vila Nova de Foz Côa, de Pinhel, de Figueira de Castelo Rodrigo, de Meda e o IPA são competentes para promover a fiscalização do cumprimento das medidas estabelecidas neste diploma, bem como proceder ao embargo e demolição das obras e trabalhos que não observem o disposto nas medidas preventivas, nos termos do artigo 12º da Lei dos Solos.

DESTAQUE – CM

Regiões Autónomas

LIGAÇÕES AÉREAS MAIS BARATAS E DIVERSIFICADAS

Os despachos de adjudicação de quatro concursos relativos a concessões de exploração de serviços de transporte aéreo regular nas ligações entre Ponta Delgada e Lisboa e Porto, entre Ponta Delgada e Funchal, entre Horta e Lisboa e entre Terceira e Lisboa foram já homologados.

Na sequência de concursos públicos, o Conselho de Ministros homologou, mediante resolução aprovada no dia 3, os despachos do ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, que adjudicam à SATA Internacional - Serviços de Transportes Aéreos, SA os serviços de transporte aéreo entre Ponta Delgada, por um lado, e Lisboa, Porto e Funchal, por outro; bem como à TAP Transportes Aéreos Portugueses, SA os serviços de transporte aéreo regular entre Lisboa, por um lado, e Terceira e Horta, por outro.

Esta medida atende à necessidade de assegurar a continuidade e adequação dos serviços aéreos para os Açores, tendo em conta o termo, em 31 de Dezembro de 1998, dos convénios entre o Estado e a TAP para o efeito.

Os regimes de serviço público aplicável às ligações aéreas regulares entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e

da Madeira e entre estas foram fixados em colaboração com os Governos de cada Região e publicados em Comunicação da Comissão Europeia (98/C 267/04) no Jornal Oficial das Comunidades Europeias de 26 de Agosto de 1998, nos termos do artigo 4º do Regulamento (CEE) n.º 2408/92 do Conselho, de 23 de Julho.

Relativamente ao transporte aéreo envolvendo os Açores, e não se tendo oferecido nenhum transportador para operar qualquer das rotas sem subsídio, foram lançados, em 27 de Agosto de 1998 (Convites 98/C 268/ 16 a 19), quatro concursos públicos abertos a transportadores aéreos comunitários, referentes à exploração, em regime de concessão exclusiva, durante 3 anos, das ligações regulares nas rotas Lisboa e Porto/Ponta Delgada, Lisboa/Terceira, Lisboa/Horta, e Funchal/Ponta Delgada. Tendo em conta a adjudicação dos serviços objecto dos referidos concursos, estas ligações passarão a ser efectuadas por duas transportadoras distintas, criando opções mais diversificadas aos residentes na região e aos turistas que a visitam.

Por outro lado, os preços do transporte sofrerão uma redução significativa que, em certos casos, atinge os 25 por cento, e aumenta a frequência do serviço.

ADAPTABILIDADE E EMPREGABILIDADE

A eurodeputada socialista Elisa Damião condeceu em Estrasburgo que conceitos como a «adaptabilidade» e a «empregabilidade» no discurso europeu apenas terão sentido social se for levado em consideração um conjunto relativamente vasto de preocupações com os trabalhadores e as empresas.

Elisa Damião falava durante a discussão do relatório sobre o Emprego na Europa em 1998.

«Para que os conceitos de adaptabilidade e empregabilidade ganhem sentido social, a UE deve ter em conta preocupações com o investimento, apoio às PME, com uma tributação que premeie as condições de trabalho e as empresas empregadoras, com a redução gradual do limite do horário de trabalho e sua melhor gestão, com os salários e protecção social, com uma formação relamente qualificante e um ensino adequado. Caso contrário, serão objectivos cínicos, meramente

economicistas», disse a eurodeputada socialista.

Considerou ainda que o flagelo do desemprego que atinge 18 milhões de europeus não é inevitável, embora não deseje para outros países da UE «a solução de vastas regiões portuguesas em que três gerações trabalham para auferir um salário mínimo espanhol, meio belga e um quarto alemão, com quase pleno emprego».

Por seu turno, a eurodeputada socialista Helena Torres considerou que as respostas encontradas para os quatro pilares que estruturam os Planos Nacionais de Emprego são, na generalidade, «desequilibradas».

A eurodeputada socialista sublinhou que «enquanto os Estados-membros apresentam medidas sobre os dois primeiros pilares (empregabilidade e espírito empresarial), já o mesmo não se verifica para os outros dois (adaptabilidade e igualdade de oportunidades)».



RACIONALIZAR E HARMONIZAR ENSAIOS CLÍNICOS

O eurodeputado socialista Quíndio Correia afirmou recentemente no plenário de Estrasburgo que a «racionalização» e a «harmonização» dos ensaios clínicos a nível da União Europeia são «fundamentais» para melhorar a qualidade do tratamento dos doentes e o desempenho da indústria farmacêutica, que são a quem se destina o produto final da investigação científica.

Quíndio Correia, que é membro da Comissão do Ambiente e Saúde do PE, falou durante a discussão do relatório sobre ensaios clínicos.

O eurodeputado socialista defendeu a necessidade de assegurar a protecção dos participantes nesses ensaios, por forma a que sejam respeitados os direitos e a dignidade do ser humano.

nidade do ser humano.

Neste contexto, o eurodeputado socialista defendeu a existência obrigatória de um comité de ética, com parecer vinculativo e em cuja formação deverão participar médicos que não estejam envolvidos nesses ensaios, enfermeiros e outros profissionais da saúde, e ainda pessoal não médico, como advogados, administradores e representantes das associações de doentes, de forma a garantir a protecção e bem-estar das pessoas que participam no ensaio.

Defendeu ainda que «o investigador, médico ou não, deverá sem excepção obter o consentimento informado de todos os participantes no ensaio ou dos seus tutores e garantir a sua confidencialidade».

BRAÇO-DE-FERRO SOBRE NOVAS PERSPECTIVAS FINANCEIRAS

As propostas da presidência austríaca sobre os recursos orçamentais da UE para o período 2000-2006 esbarraram na semana passada com uma oposição cerrada dos países que mais beneficiam dos fundos estruturais e de coesão, designadamente Portugal, Espanha e Grécia.

A controversa proposta volta à mesa das negociações no Conselho Europeu de Viena, que se realiza hoje, dia 10, e amanhã. A proposta austríaca suscitou uma divisão nítida entre alguns países do Norte, com a

Alemanha e a Áustria à cabeça, seguidos da Holanda e da Suécia, que querem reduzir a sua contribuição para o orçamento comunitário, e os do Sul, que consideram que dessa forma seriam os principais prejudicados, porque os cortes incidiriam, sobretudo, sobre as verbas dos fundos estruturais e de coesão.

«Não há qualquer acordo para a Cimeira em relação às questões essenciais», disse na semana passada o ministro das Finanças, Sousa Franco, no final do Conselho ECOFIN.

MUNDIALIZAÇÃO DE ROSTO HUMANO

O antigo presidente da União Soviética, Mikhail Gorbatchev, participou nos dias 3 e 4 numa conferência organizada pelo Grupo Socialista do PE que teve como tema «A Europa ao serviço de uma mundialização de rosto humano».

Os trabalhos foram dirigidos pelo ex-primeiro-ministro espanhol e actual presidente do Comité Progresso Global, Felipe González, e pelo ex-primeiro-ministro francês e actu-

al presidente da Comissão de Desenvolvimento do PE, Michel Rocard. Entretanto, realiza-se hoje no Centro Jean Monet, em Lisboa, um debate sobre «O Emprego na Europa».

Trata-se de uma iniciativa da eurodeputada socialista Helena Torres Marques, que contará com a presença do secretário de Estado do Emprego e Formação, Paulo Pedrosa.

APROVADO ESTATUTO ÚNICO DOS DEPUTADOS EUROPEUS

O parlamento Europeu aprovou na semana passada o relatório Rothley sobre o estatuto único dos deputados europeus.

O estatuto garante mais transparência e maior igualdade entre os eurodeputados dos vários países e uma remuneração mais equitativa.

O relatório Rothley foi aprovado com 314 votos a favor, 84 contra e 62 abstenções.

Numa declaração apresentada pelo deputado do Grupo Socialista Barros Moura, lê-

se que os votos no relatório Rothley «são pela transparência, contra a hipocrisia, contra a demagogia antiparlamentar e contra o populismo, para encerrar um processo que durou quase toda a presente legislatura e colocou o PE e os seus membros no pelourinho cada comunicação social

«tablóide» ignara e pronta a fomentar os instintos mais primários do público».

«Os danos à imagem do Parlamento Europeu são incalculáveis», acrescentou.



PALAVRA DE ORDEM «TOLERÂNCIA»

Meio século depois de se ter consagrado o direito à vida, liberdade e segurança na Declaração Universal dos Direitos do Homem muitas promessas ficam por cumprir em todo o mundo.

Os direitos humanos já têm 50 anos de proclamação oficial, mas 149 países continuam a desrespeitá-los, segundo o relatório 1998 da Amnistia Internacional (AI).

Cerca de 1 300 milhões de pessoas vivem com menos de um dólar (170 escudos) por dia e 35 mil crianças morrem todos os dias de desnutrição e outras doenças que podem evitar-se, ainda que o número 1 do artigo 25 da Declaração estabeleça que «toda a pessoa tem direito a um nível de vida capaz de lhe assegurar, a ela e à família, a saúde e o bem-estar».

Pelo menos 55 países «executam extrajudicialmente» os seus cidadãos, no eufemismo utilizado pela AI para denunciar que mais de meia centena de países assassinam os seus cidadãos.

Também em violação da Declaração, que no seu artigo terceiro garante que «todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança da sua pessoa», pelo menos 40 países aplicam a pena de morte e em pelo menos 31 «desaparecem cidadãos».

Nos Estados Unidos, está marcada para hoje a 500ª execução capital desde 1977, ano em que terminou a moratória sobre a pena de morte.

É uma morte, um «ritual a sangue-frio», que vai coincidir com o 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, protestou a Amnistia Internacional.

«Por detrás das estatísticas esconde-se uma realidade das mais brutais: as autoridades norte-americanas, por 500 vezes, tiraram um ser humano da prisão para o conduzir a uma câmara da morte a fim de o enforcar, fuzilar, gasear, electrocutar ou envenenar até que chegue a morte», declarou a AI.

O canadiano Joseph Stanley Faulder deve ser supliciado no Texas (Sul dos Estados Unidos) pelo assassinio, há 21 anos, de um rico texano de 75 anos.

Por seu turno, um antigo refugiado vietnamita, Tuan Nguyen, deve ser morto em Oklahoma.

Pelo menos 117 países «esqueceram» o artigo 5º, segundo o qual «ninguém será submetido a torturas nem a penas ou tratamentos cruéis, inhumanos ou degradantes». É que 117 países torturam os seus cidadãos e 87 governos ignoram que «toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião» (artigo 18), mantendo prisioneiros de consciência.

Algumas nações tentam justificar a violação dos direitos humanos com, argumentando que alguns são um luxo que não podem permitir-se e que, nomeadamente, a liberdade política só pode ser alcançada se a prosperidade económica for atingida.



Para outros, certos direitos não são aplicáveis - dizem - «por razões de tradição e cultura».

Milhares de milhões de adultos, na sua maioria mulheres, não sabem ler nem escrever.

«A Declaração Universal oferece-nos as palavras. Cabe-nos agora agir para mudar as coisas», exortou Mary Robinson, alta-comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

«Cinquenta anos depois da sua adopção, a 10 de Dezembro de 1948, o texto continua a ser a referência para definir tudo o que o ser humano necessita para viver na dignidade», declarou a alta-comissária, acrescentando que «a terrível experiência de milhões de vítimas de violações dos direitos fundamentais, da miséria e da fome, do analfabetismo e do racismo mostra que o mundo está ainda longe de ter atingido os ideais que inspiraram a Assembleia Geral (da ONU) em 1948».

Robinson, admitiu ainda que, neste ano comemorativo, militantes dos direitos humanos foram assassinados em numerosos países.

«Os direitos do Homem não são dirigidos a algumas pessoas, são para todos e devem permitir a todos os seres humanos, e não apenas a alguns privilegiados, tomar o destino nas próprias mãos», concluiu. Por ocasião do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos a ONU realiza, hoje, em Nova Iorque, uma cerimónia comemorativa da efeméride. Em Paris, cidade onde foi assinado o texto

solene, as comemorações começaram segunda-feira, prolongando-se até amanhã.

As celebrações do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem começaram hoje à tarde na sede da UNESCO, em Paris, com um apelo do presidente francês, Jacques Chirac, para que haja mais diálogo do que condenação.

Dirigindo-se a cerca de 1 500 personalidades reunidas no grande anfiteatro da UNESCO, o chefe de Estado francês pediu que seja tomada em conta «a diversidade de culturas» em vez de só se condenar.

O combate pelos direitos humanos «começa a dar os seus frutos», declarou, apesar de lamentar que «os princípios proclamados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem sejam ainda injuriados».

«Minorias são perseguidas» e «tortura-se num em cada dois Estados», sublinhou.

«Sim, o combate pelos direitos do ser humano, combate político e moral, é sempre de uma violenta actualidade», disse Chirac. O presidente francês foi aplaudido quando pediu uma ratificação rápida, nomeadamente pela França, do futuro Tribunal Penal Internacional. «Ninguém, mesmo os chefes de Estado, estará ao abrigo de ser julgado em caso de crimes contra a humanidade», acrescentou.

Jacques Chirac propôs uma «Agenda para a Mundialização» que estabeleça regras económicas, sociais e penais e que seja submetida à Assembleia Geral das Nações Unidas na sessão do ano 2000.

Por sua vez, o director da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), Federico Mayor Zaragoza, defendeu a necessidade de «estar vigilantes e activos» e recordou que a aventura dos direitos humanos começou há meio século, precisamente em Paris.

A sessão solene foi aberta por um concerto de Bach, dirigido por Yehudi Menuhin, embaixador de boa vontade da UNESCO. Mais de mil personalidades foram convidadas para participar nas diversas cerimónias que se realizaram na UNESCO, no Palais Chailiot, no Senado, na Assembleia Nacional ou ainda no Museu de la Villette.

O ex-presidente da República Mário Soares, os Nobel da Paz Ximenes Belo e José Ramos-Horta e o provedor de Justiça Menéres Pimentel, foram algumas das personalidades presentes na capital francesa.

Presente nos actos oficiais esteve também o prémio Nobel da Paz 1989 Dalai Lama, líder espiritual do povo tibetano, facto que não foi recebido com agrado pela China, que ocupa pela força, desde 1951, o Tibete. O secretário geral da ONU, Kofi Annan, tal como a secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, participaram durante a semana nas celebrações oficiais da Cidade Luz.

Intitulada «Reunião de Paris: os direitos do Homem no alvorecer do século XXI», a manifestação oficial organizada pela UNESCO e pelo Governo francês terminou na passada terça-feira.

MJR

NOVOS ESTATUTOS PARA CARREIRA CIENTÍFICA

O estatuto da carreira de investigação científica, peça-chave da reforma do sector público de investigação, encontra-se em fase de consulta junto dos sindicatos do sector e dos laboratórios de Estado.

Segundo o Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), o projecto de decreto-lei sobre o estatuto da carreira de investigação científica visa transformá-lo num ágil e eficaz instrumento de gestão de recursos humanos, em prol do reforço das instituições científicas e da valorização e dignificação da actividade de investigação científica, adaptando-a aos desafios da modernidade.

O projecto vem consagrar um conjunto de regras específicas que dotam a carreira de investigação científica de um corpo legislativo próprio e coerente.

Este documento prossegue os objectivos de aproximação ao estatuto da carreira docente universitária, visando também o incremento da permeabilidade entre as duas carreiras (investigação científica e docente universitária), e a do pessoal docente do ensino superior politécnico.

O ingresso na carreira exige o grau de doutoramento e, de acordo com informações avançadas pelo MCT, o número de doutorados em Portugal é de sete mil.

A reforma do sector público de investigação, de que o estatuto da carreira de investigação científica é uma peça fundamental, teve início em Dezembro de 1995.



O ministro das Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, promoveu nos anos de 1996 e 1997 uma avaliação dos laboratórios

do Estado, cujos resultados foram apresentados ao Governo em Julho de 1997 e posteriormente tornados públicos.

Feito o diagnóstico do sector, o Conselho de Ministros mandou Mariano Gago para, entre outras acções, preparar a revisão do estatuto da carreira de investigação científica.

Segundo a lei, o estatuto da carreira de investigação científica, na forma de projecto de decreto-lei, estará em consulta para eventuais pareceres junto dos sindicatos do sector e dos laboratórios de estado. Segue-se a negociação colectiva, após o que o documento será enviado a conselho de ministros, segundo o Ministério da Ciência e da Tecnologia, ainda este mês.

O MCT indicou que está também concluído o projecto de decreto-lei do regime jurídico das instituições de investigação.

O documento distingue os diferentes tipos de instituições que operam no sector, fazendo-lhes corresponder um conjunto de direitos e obrigações.

O ministério indicou que este diploma, em conjunto com o estatuto da carreira de investigação científica, é o culminar de um vasto e complexo processo de reforma do sector público de investigação, no quadro de uma identificação dos bloqueios actuais, das potencialidades detectadas e das exigências do futuro.

Este processo ancorou-se na avaliação independente e internacional de todo o sistema científico e tecnológico nacional (unidades de investigação e laboratórios do Estado).

ASSINADO ACORDO DE COOPERAÇÃO

Portugal e a Índia vão passar a cooperar em matérias de ciência e tecnologia, mediante um primeiro acordo assinado, no dia 3, pelos respectivos ministros responsáveis por estas áreas durante uma deslocação de Mariano Gago àquele país. O documento assinado contempla o intercâmbio de informação e de documentação científica e tecnológica, nomeadamente através da ligação entre redes de comunicação científica e académica dos dois países.

Previsto no acordo está, igualmente, a mútua troca de cientistas, investigadores e técnicos, com vista à preparação de projectos de investigação conjuntos, nomeadamente no quadro de programas multilaterais de apoio à investigação e desenvolvimento.

Nos termos do «pacto» serão também realizados projectos comuns de investigação, bem como promovidos conjuntamente conferências, seminários e outros eventos



de interesse comum, além da realização de consultas recíprocas sobre temas relacionados com a política científica e

tecnológica. A divulgação de resultados científicos e tecnológicos, além dos progressos no co-

nhecimento e descobertas resultantes das actividades de cooperação desenvolvidas no âmbito deste acordo, está também prevista.

Para identificar, acompanhar e avaliar as acções a serem desenvolvidas neste novo quadro de cooperação será estabelecida uma Comissão Mista.

Até à data, as relações de cooperação entre os dois países nestas áreas baseavam-se num Acordo Cultural estabelecido em 1980, abrangendo domínios de cooperação como a educação, cultura, ciência, desporto, juventude e comunicação social.

No entanto, pelo facto de ambos os países terem concluído pela ineficácia do modelo utilizado, decidiu-se fazer uma nova abordagem para a cooperação entre Portugal e a Índia.

A viagem de Mariano Gago à Índia, que terminou no passado domingo, dia 6, incluiu visitas a vários centros de investigação noutros locais, como é o caso de Mumbai (antiga Bombaim) e Goa.

REGRESSO A ÓBIDOS 25 ANOS DEPOIS

«E se todo o mundo é composto de mudança troquemos-lhe as voltas que ainda o dia é uma criança»
Luís de Camões

«País de Abril é uma saudade de vindima é terra e sonho e melodia de ser terra e sonho território de fruta no pomar das veias onde operários erguem as cidades do poema»

Manuel Alegre

Militares de Abril, entre os quais o marechal Costa Gomes, e democratas de vários quadrantes estiveram presentes no dia 1 em Óbidos na cerimónia que marcou o início das comemorações dos 25 anos do 25 de Abril, presidida pelo Presidente da República, Jorge Sampaio.

Na sessão solene realizada na Casa da Música da Câmara Municipal de Óbidos, onde há 25 anos a pretexto de um magusto, 180 oficiais realizaram uma reunião clandestina, na qual foram tomadas decisões fundamentais, que haveriam de culminar com a queda do regime fascista, Jorge Sampaio defendeu a necessidade de as comemorações do 25 de Abril fazerem a ponte entre gerações.

«Não apenas a ponte da memória dos factos, mas principalmente a dos valores que esses factos permitiram que se afirmassem como dominantes em Portugal», disse. Por seu turno, o capitão de Abril Vasco Lourenço lembrou que foi no encontro clandestino de Óbidos que há 25 anos os oficiais presentes elegeram a comissão coordena-



dora e executiva que haveria de dirigir as operações até ao 25 de Abril.

Foi também nessa reunião, lembrou, que ficou decidido contactar os então generais Spínola e Costa Gomes.

Do programa de comemorações constou a apresentação da medalha comemorativa dos 25 anos da reunião de Óbidos, da autoria do escultor José Aurélio, o descerramento pelo Presidente da República de uma placa na casa onde, há 25 anos, decorreu a reunião clandestina, uma visita à exposição de fotografia sobre o 25 de Abril e o lançamento da 4ª edição, revista e aumentada, do livro *Sete Poemas para Carlos Paredes*, da autoria do camarada Carlos Carranca, com ilustrações de Figueiredo Sobral.

A apresentação da obra, que foi alvo de rasgados elogios pela sua grande qualidade, esteve a cargo de José Henrique Dias, com um pequeno apontamento musical com Jorge Machado, João Alvarez e Pedro Ribau. A sessão terminou com uma homenagem

em canto ao capitão Salgueiro Maia.

Comissão de Honra

O Presidente da República, Jorge Sampaio, disse no passado dia 3, em Lisboa, que é da responsabilidade da Assembleia da República a concessão de qualquer amnistia ou perdão de penas a propósito das comemorações das bodas de prata do 25 de Abril.

Jorge Sampaio falava aos jornalistas no final da primeira reunião de trabalho, no Palácio de Belém, da Comissão de Honra que vai definir o programa nacional do evento. O Chefe de Estado adiantou que as comemorações vão concentrar-se no essencial até à data da celebração, para não se confundirem com as campanhas das eleições europeias e legislativas.

Integram a Comissão de Honra o Presidente da República, e os seus antecessores Costa Gomes, Ramalho Eanes, Mário Soares, o primeiro-ministro, os presidentes do

Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional e a Associação 25 de Abril. Por seu turno, a Comissão Executiva é formada por Vasco Lourenço, Rui Alarcão e Vítor da Cunha Rego.

Cascais homenageia militares de Abril

Entretanto, no passado dia 24 de Novembro, realizou-se nas renovadas instalações da Colónia Balnear Infantil «O Século» a cerimónia de descerramento de uma placa de homenagem aos 45 oficiais do exército que se reuniram no dia 24 de Novembro de 1973, em São Pedro do Estoril.

Integrada no âmbito das comemorações do 25º aniversário do movimento dos capitães, a cerimónia contou com a presença, entre outros, do presidente da Associação 25 de Abril, Vasco Lourenço, e do presidente da Câmara Municipal de Cascais, José Luís Judas.

Recorde-se que a reunião dos 45 oficiais realizada há 25 anos decorreu numa casa contígua à Colónia Balnear Infantil «O Século», pertencente à família Fonseca Ribeiro, que foi cedida pelo então capitão miliciano José Manuel Fonseca Ribeiro a pedido do capitão de engenharia Bismark.

O capitão de Abril Dinis de Almeida, no seu livro «Origens e Evolução do Movimento dos Capitães», destaca a importância desta reunião ao escrever: «Assumiu particular importância a reunião efectuada no último fim-de-semana de Novembro, nas traseiras da Colónia Balnear Infantil «O Século». Nela, ousou pela primeira vez um dos presentes proferir a palavra *Revolução*, que causou mais entusiasmo pela potencialidade agressiva que encerrava, do que propriamente pelo significado ideológico que lhe é inerente.»

J. C. CASTELO BRANCO

ESTÁ EM CURSO REFUNDAÇÃO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS

A secretária de Estado da Educação e Inovação, Ana Benavente, disse no dia 30, em Amarante, que está em curso a «refundação das escolas profissionais».

Garantiu ainda que se vão manter abertas todas as que assentarem em projectos sólidos.

«Só fecharão as escolas que não tiverem quem se interesse por elas, ou seja, as que não sejam capazes de assegurar um projecto de escola profissional», referiu.

Segundo a secretária de Estado, que falava na sessão de encerramento da Feira de Desenvolvimento Local (Manifesta 98), que decorreu em Amarante, o Ministério da Educação está interessado em consolidar

essas escolas, tendo publicado recentemente legislação apropriada.

«Queremos consolidá-las. O que neste momento acontece é a refundação das escolas profissionais», assinalou Ana Benavente.

Acrescentou que «em alguns casos havia cursos de formação, mas não havia escola».

Educação para adultos

«Queremos para as escolas profissionais muitas outras tarefas, nomeadamente com educação para adultos e com respostas ao nível de formação dos professores», frisou a secretária de Estado.

Sobre o papel das associações de desenvolvimento local e concretamente acerca da Animar, organizadora do encontro, Ana Benavente salientou que elas desenvolvem parcerias importantes, apesar da sua curta existência.

«Apesar de a Animar, que é a federação destas associações, fazer apenas cinco anos, tem já um trabalho visível em muitos lugares do nosso país, projectos que do ponto de vista da educação, formação e cultura são absolutamente imprescindíveis para a sociedade portuguesa», sublinhou.

Declaração de Amarante

As conclusões do encontro, que a organi-

zação designa como «Declaração de Amarante», assinalam que «o desenvolvimento local é uma irrecusável oportunidade de futuro, pela cidadania que comporta, pela solidariedade que desfaz os nós da indiferença e pelas perspectivas que semeia».

O movimento de desenvolvimento local, constituído por 300 associações e cerca de quatro mil agentes diversificados, reivindica a criação de um fundo de apoio ao desenvolvimento local, o apoio público às iniciativas privadas de pequena dimensão, um quadro flexível e aberto de programas nacionais e programas integrados de desenvolvimento de base territorial.

PODER LOCAL

Juntas de Freguesia

MAIS 1,1 MILHÕES DE CONTOS PARA EDIFÍCIOS-SEDE

Mais 251 freguesias vão ser subsidiadas pelo Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (MEPAT) para a construção, reparação ou aquisição de edifícios-sede das Juntas de Freguesia, num montante global de comparticipação de 1,1 milhões de contos. Em comunicado emitido no dia 2, à noite, o gabinete do secretário de Estado adjunto do ministro do Equipamento, Consiglieri Pedroso, precisa que «estes apoios financeiros serão na ordem dos quatro a seis mil contos por freguesia, conforme o número de eleitores inscritos» localmente. Através de um programa de financiamento, o Executivo socialista «vem colaborando com os municípios e as freguesias no sentido de dotar estas últimas com instalações adequadas e condignas ao respectivo funcionamento», refere-se no documento.

Para esse efeito, desde 1981, ano de início deste programa de financiamento, as freguesias têm sido beneficiadas com subsídios, visando a reparação, construção ou aquisição dos respectivos edifícios-sede. «Durante a vigência do actual Governo e até ao presente, regista-se a atribuição de apoio financeiro a 899 freguesias, envolvendo uma comparticipação do MEPAT de cerca de 3,5 milhões de contos», realça-se no comunicado.

A última atribuição, anunciada na passada quinta-feira, dia 3, decorre do despacho



normativo 78/98 do ministro João Cravinho, publicado no «Diário da República» de 26 de Novembro, com a listagem das freguesias contempladas.

Para a cobertura total das freguesias do continente falta abranger, por este programa, 232 freguesias, algumas das quais não carecem de sede, indo as restantes ser contempladas em breve, segundo o gabinete do secretário de Estado.

Entretanto, em Braga, o secretário de Estado da Administração Local anunciou o lançamento de um programa de estágios para licenciados nos Gabinetes de Apoio Técnico e subsídios para a construção de sedes de juntas de freguesia.

«O Governo está atento à área técnica no apoio às autarquias», afirmou José Augusto Carvalho, frisando que o programa de estágios envolve 140 jovens licenciados, en-

quanto o apoio à construção ou restauro de sedes de junta de freguesia dispõe de um milhão e cem mil contos em 1998.

O governante falava, no Governo Civil de Braga, durante assinatura de protocolos com instituições da sociedade civil do distrito, para a realização de pequenos melhoramentos e que envolve um apoio estatal de 150 mil contos.

Referindo-se ao novo programa de estágios para licenciados nos Gabinetes de Apoio Técnico, o secretário de Estado lembrou que «os gabinetes são serviços desconcentrados do MEPAT que têm sido responsáveis por algumas das obras que as autarquias vêm realizando».

«As exigências que se colocam às autarquias face à multiplicidade dos problemas que vão surgindo pressupõem recursos humanos cada vez mais qualificados e especializados», acentuou José Augusto Carvalho, observando ainda que «a aproximação do terceiro Quadro Comunitário de Apoio implica a preparação de projectos e estes exigem técnicos qualificados».

Segundo explicou o secretário de Estado da administração Local, «as candidaturas serão feitas através do Instituto de Emprego e Formação Profissional, por via das Comissões de Coordenação Regional, cabendo à CCR Norte 18 estagiários, a CCR Centro 39, a Lisboa e Vale do Tejo 43, ao Alentejo 23 e ao Algarve, 17 jovens licenciados».

EQUIPAMENTOS

Transportes ferroviários

INVESTIMENTOS DE 160 MILHÕES PARA GRANDE PORTO

O Governo socialista vai investir cerca de 160 milhões de contos para modernizar os transportes ferroviários suburbanos do Grande Porto.

A garantia foi dada, no dia 4, pelo ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho.

«Estamos a assistir ao nascimento da grande metrópole do Noroeste europeu, que será um dos pólos mais importantes de todo o continente», disse Cravinho, que falava na apresentação dos projectos de modernização do transporte ferroviário suburbano do Grande Porto.

Os investimentos apresentados pelo governante prevêem a aplicação de 70 milhões de contos em infra-estruturas, acrescida de mais 30 milhões em material circulante.

Estes financiamentos são dirigidos a quatro eixos de serviço suburbano com origem



no Porto e destino em Braga, Marco de Canaveses, Aveiro e Guimarães.

Em direcção a Ovar e Aveiro, o Executivo prevê a aplicação de 60 milhões de contos.

«São investimentos de enorme porte, a que acrescento, no âmbito dos sistemas ferroviários, o metropolitano, visto estar prevista a existência de vários interfaces, localizados nas estações mais importantes», disse João Cravinho.

A modernização da ferrovia surge na sequência de um novo modelo organizativo, no âmbito do qual foi criado o Instituto Nacional do Transporte Ferroviário, responsável pela regulação do sector, e a Refer (Rede Ferroviária Nacional), empresa que gere as infra-estruturas.

O programa de modernização em curso incide, fundamentalmente, nas áreas da sinalização, electrificação e manutenção, contando ainda com um conjunto de medidas de adequação da oferta a procura.

MAIS DE 28 MIL DESEMPREGADOS COM ACOMPANHAMENTO PERSONALIZADO

Mais de 28 mil desempregados foram convocados pelos Centros de Emprego entre Julho e Outubro para constituição de um processo de acompanhamento personalizado, revela o primeiro relatório intercalar do Plano Nacional de Emprego (PNE).

De acordo com o relatório, «garantir o acompanhamento da concretização da metodologia personalizada de trabalho com os desempregados» era uma das três prioridades definidas para o trimestre Julho/Setembro.

No âmbito das iniciativas INSERJOVEM e REAGE, que dão resposta àquele objectivo, foram convocados entre Julho e Outubro 9 968 jovens desempregados e 18 228 adultos desempregados, que serão agora alvo de um processo personalizado, visando dar resposta aos seus problemas de inserção.

Prioridade definida para o terceiro trimestre do corrente ano era igualmente a continuação do alargamento das zonas piloto do PNE de modo a cobrir todo o Alentejo ainda em 1998.

Neste caso, o documento refere que «as 12 zonas prioritárias de intervenção do PNE foram desde 1 de Outubro alargadas à totalidade da região do Alentejo».

Tal situação «envolveu a antecipação do lançamento de duas novas redes regionais para o emprego: a Rede da Arte e da Pedra e a Rede Regional do Baixo Alentejo», revela o relatório.

A primeira das redes abrange os concelhos de Alandroal, Borba, Vila Viçosa, Estremoz, Évora, Redondo, Arraiolos e Viana do



Alentejo, enquanto a segunda engloba os concelhos de Alvíto, Cuba, Ferreira do Alentejo, Aljustrel, Castro Verde e Ourique. O documento refere ainda que se encontra em fase final de aprovação o Plano Regional para o Emprego no Alentejo, para vigorar até 2003. O desenvolvimento da iniciativa ENDURANCE, voltada para a promoção da formação e educação ao longo da vida, era outra das prioridades, no âmbito da qual «foi produzido um memorando técnico orientador da iniciativa».

Formação contínua nas empresas

Este refere como eixos de acção reforçar as competências de base dos trabalhadores, estimular a formação contínua nas empresas, incentivar o acesso individual à formação e potenciar a criação de soluções formativas à medida de cada trabalhador.

O relatório indica ainda a apresentação aos parceiros sociais de um projecto de diploma sobre o enquadramento da política de emprego, a implementação do Programa Experimental RUMO e a passagem do Programa para a Inserção dos Jovens na Vida Activa a uma segunda fase de execução. Quanto às iniciativas legislativas, são destacadas a apreciação em Conselho Permanente de Concertação Social do projecto de decreto-lei relativo à revisão do regime de protecção no desemprego e a apresentação à Assembleia da República da proposta de lei que regula o regime jurídico do trabalho a tempo parcial.

No período em análise transitarão para o Parlamento as propostas de lei referentes à revisão do regime de suspensão dos contratos de trabalho e de redução dos períodos normais de trabalho.

Assinalado no relatório é ainda a abertura,

em Outubro, do Centro de Formalidades de Empresas de Setúbal, e a criação do Programa Específico de Deslocalização Industrial Regional.

Entre as medidas em fase de execução visando o desenvolvimento do espírito empresarial, o relatório refere as Empresas de Inserção.

O primeiro período de candidaturas recebeu 69 processos e o número de pessoas proposto nos processos de inserção foi de 579 (261 empregados de longa duração e 318 pertencentes a grupos desfavorecidos).

Igualdade de oportunidades

O relatório destaca ainda, no âmbito das medidas visando a igualdade de oportunidades, o lançamento de «ações de formação, envolvendo nomeadamente a realização de um curso de formação de advogados formadores e a formação de inspetores de trabalho neste domínio», e de um prémio às empresas com políticas exemplares relativas à questão.

Na área da deficiência, assinala-se no relatório o lançamento a título experimental, em oito Centros de Emprego, de uma nova metodologia de intervenção. Esta visa colocar aqueles centros como «elementos mediadores em todo o processo de integração socioprofissional das pessoas com deficiência, envolvendo um mecanismo de acompanhamento pós-inserção».

O relatório integra dois documentos técnicos orientadores sobre a iniciativa ENDURANCE e o Programa FACE (que visa prevenir e atenuar os eventuais reflexos sociais negativos dos processos de reestruturação) para apreciação pelos parceiros sociais.

INSERÇÃO SOCIAL

Idosos

LIVRO DE RECLAMAÇÕES NOS LARES

Os lares de idosos vão ter um livro de reclamações para registar as queixas dos utentes, uma sugestão da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), revelou, no dia 3, o secretário de Estado de Inserção Social.

Rui Cunha frisou que recebeu a pretensão da DECO com «grande entusiasmo», durante um encontro que se realizou, no passado dia 2, e no qual foi decidida a realização de reuniões periódicas com vista à actualização de informações sobre os lares de idosos.

Actualmente, está a ser estudada «a forma mais rápida de implementar o livro de reclamações nos lares de idosos», referiu.

Por seu lado, Fernanda Santos, da DECO, afirmou que o livro «permitirá resolver mais depressa as situações de queixa», além de ser uma medida dissuasora, pois alguns problemas poderão ser resolvidos no próprio estabelecimento».

No encontro, a Defesa do Consumidor disponibilizou-se para realizar acções de formação junto das entidades que trabalham directamente com os idosos, visando a sensibilização para os direitos destes consumidores que são utentes dos estabelecimentos em causa.

Rui Cunha congratulou-se com a ideia, acrescentando que é essencial serem encontradas «formas mais expeditas de comunicação» para que se facilite e acelere

a actuação da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho.

Através deste «corredor de informação», a DECO participará imediatamente à inspeção-geral as queixas recebidas e saberá o destino dado a estas.

O secretário de Estado da Inserção Social pediu ainda à Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor um parecer sobre a pretensão da associação representativa do sector no sentido de existir uma classificação hoteleira para os lares.

Em relação aos encontros entre a Secretaria de Estado e a DECO, Fernanda Santos referiu que estes permitirão «um tratamento mais célere das reclamações, pois o público em causa (idosos) não pode ter

uma grande morosidade no tratamento das suas queixas, principalmente se se referem a maus tratos».

Nos últimos três anos foram encerrados 50 lares, medida que levou ao realojamento de 500 idosos.

Até ao final deste ano será fechado mais um destes estabelecimentos.

Para 1999, Ano Internacional da Pessoa Idosa, Rui Cunha aposta numa maior responsabilização das famílias no sentido de realojarem os idosos provenientes de instituições que foram encerradas.

«Este ano houve uma ligeira subida dos realojamentos de idosos nas respectivas famílias, embora esse número devesse ser bastante maior», concluiu.



Albufeira

Autarquia lança campanha de solidariedade

A Câmara Municipal de Albufeira está a promover a campanha «Município em Solidariedade/Natal 98», que tem como objectivo recolher donativos em géneros, destinados às famílias mais carenciadas do concelho.

A campanha vai decorrer ao longo da quadra natalícia nas grandes superfícies comerciais, à entrada das quais vão estar jovens voluntários e funcionários da edilidade.

Conferência sobre direitos do homem

Realiza-se hoje, no auditório municipal de Albufeira, às 10 horas, uma conferência sobre a Declaração Universal dos Direitos do Homem, no âmbito do 50º aniversário da efeméride.

A palestrante convidada é Ângela Dourado, directora do Departamento da Juventude da Amnistia Internacional.

A iniciativa camarária tem por objectivo sensibilizar os jovens do concelho para uma temática sempre actual e que já faz parte de alguns programas escolares.

Braga

Árvores de Natal quase de graça

No âmbito das suas preocupações ambientais, a Câmara Municipal de Braga iniciou a sua habitual venda de árvores de Natal ao preço simbólico de 200 escudos. A iniciativa, que resulta da colaboração com a Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, visa evitar os danos na floresta que sempre acontecem nesta altura com o corte de árvores efectuado por particulares.



Cascais

Novo espaço de leitura em Alcáideche

A Câmara Municipal de Cascais e a Junta de Freguesia de Alcáideche inaugu-

raram no dia 20 de Novembro a Biblioteca Municipal Matilde Rosa Araújo.

Este novo espaço de leitura, situado no edifício da Junta de Freguesia de Alcáideche, está equipado com um sistema multimédia que inclui acesso à Internet e CD-Rom, um sistema de empréstimo de videocassetes, um serviço de consulta de jornais diários e periódicos, um espaço infantil, bem como obras de referência.

Esta nova biblioteca está aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 10 às 19 horas.

Na cerimónia de inauguração estiveram presentes o presidente da Câmara Municipal de Cascais, José Luís Judas, e a escritora Matilde Rosa Araújo, entre outros.

Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

A Câmara Municipal de Cascais assinou, no dia 3, o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, com a realização de um encontro/debate aberto à população em geral, que decorreu no Hotel Baía, em Cascais.

Esta iniciativa, que contou com a presença de técnicos da especialidade, pretende servir como meio de sensibilização para a problemática da pessoa com deficiência reflectindo sobre a intervenção precoce na prevenção da deficiência.

Paralelamente, foi atribuído o prémio do concurso para a concepção de uma página na Internet sobre este tema e organizada uma exposição com trabalhos efectuados por crianças, que tiveram como temas as questões da mobilidade e acessibilidade.

Fafe

Plano de Actividades e Orçamento

A Câmara Municipal de Fafe aprovou, por maioria, o Plano de Actividades e o Orçamento para o ano de 1999.

Votaram a favor dos dois documentos o presidente da Câmara e os vereadores do PS, absteve-se o vereador da Política XXI e votaram contra os vereadores do PSD.



«O Plano e o Orçamento para 1999 é ambicioso e vai exigir uma grande concentração dos meios técnicos e financeiros do município, não só pelo volume de acções planeadas, mas ainda pelo esforço de contenção dos gastos correntes e do não recurso a créditos», referiu o presidente da Câmara, o socialista José Manuel Ribeiro, na apresentação dos documentos.

De salientar que o Orçamento do próximo ano continua condicionado por projectos «estruturantes» para o concelho que vêm dos anos anteriores e que prosseguem ou se completam em 1999, designadamente o Parque da Cidade, no qual se prevê um investimento de 500 mil contos, o sistema de abastecimento de água em alta, a partir da barragem de Queimadela, e o arranjo urbanístico da Praça 25 de Abril (2ª fase).

Faro

Exposição de pintura

Numa iniciativa da Câmara, está patente ao público, no Clube Farense, em Faro, até ao dia 12, a exposição de pintura «Seis plásticos cubanos em Portugal». A mostra pode ser visitada de segunda a sábado, das 14 às 20 horas.

Ferreira do Alentejo

Presidência Aberta em Canhestros

O socialista Luís Ameixa continua a sua obra notável à frente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo. Com trabalho honesto, dedicado, o seu único objectivo é servir os munícipes. Está ao serviço da causa pública, sem andar à procura de benesses ou negócios pessoais.



É um exemplo de dirigente credível e de um autarca que apenas tem como objectivo servir as populações.

Contribui assim da melhor maneira para o relançamento da imagem do PS no Alentejo.

Entre as recentes iniciativas da sua gestão à frente da autarquia, destaque para

a realização da Primeira Presidência Aberta do Município de Ferreira do Alentejo, que decorreu de 26 de Outubro a 4 de Novembro.

A primeira freguesia a merecer tal destaque foi Canhestros. Na mais nova freguesia do concelho estiveram concentrados o presidente da Câmara, os vereadores e todos os serviços municipais.

Durante os dez dias da Presidência Aberta, os serviços camarários tiveram oportunidade de desenvolver várias iniciativas, de forma a resolver os problemas mais prementes e realizar actividades culturais e desportivas.

Foram várias as intervenções realizadas na freguesia no âmbito das obras públicas e urbanismo.

Ovar

Debate sobre a moeda única

A Câmara Municipal de Ovar, em parceria com a Associação Comercial local, organizou no dia 4 um seminário sobre «A moeda única e as suas implicações e impactos nas empresas e no comércio tradicional», que decorreu no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho.



A iniciativa contou com a participação da Comissão Euro Empresas do Ministério da Economia e com intervenções da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos do Ministério das Finanças. Encerrou o debate o secretário de Estado do Orçamento.

Santo Tirso

Autarquia recebe Prémio Nacional do Ambiente

O socialista Joaquim Couto, presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, recebeu no dia 26 de Novembro, no Convento da Trindade, em Lisboa, na presença da ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, o Prémio Nacional do Ambiente/Área Autarquias pelo projecto piloto de requalificação ambiental da actividade agrícola que a Câmara a que preside vem desenvolvendo desde Outubro de 1997.

PS EM MOVIMENTO

AMADORA

Raposo ganha Concelhia

O camarada Joaquim Raposo venceu as eleições para a presidência da Concelhia da Amadora. A lista liderada pelo actual presidente da Câmara da Amadora obteve 92 por cento dos votos.

CACILHAS

Novos dirigentes

A dinâmica Secção de Cacilhas do PS tem novos dirigentes. No passado dia 13 de Novembro os militantes elegeram o Secretariado e a Assembleia Geral.

O Secretariado é constituído pelos camaradas Carlos Gouveia Pinto, José Manuel Carvalho, Manuel Ramos André, Maria Odete Seguro Alexandre, Maria Amélia Lucas, Manuel Rodrigues Batista, Firmino Palma Rodrigues, Carla Sofia Correia e Luís Rosa Guerreiro. Por seu turno, integram a Mesa da Assembleia Geral os camaradas Ricardo Henrique Fernandes, António Godinho Soares e Joaquim Silva Alves.

COSTA DE CAPARICA

Eleitos novos órgãos

Os militantes da Secção da Costa de Caparica elegeram, no passado dia 13 de Novembro, os seus novos órgãos dirigentes, num acto eleitoral que contou com uma elevada participação.

O camarada João Albuquerque é o coordenador do Secretariado, que integra ainda os camaradas Raul Higgs, Mário Nascimento, Carlos Moura, Hélder Bravo, José Ricardo Martins, Jorge Rocha, Jorge Branco e José Filipe Sousa.

A Mesa da Assembleia Geral é presidida pelo camarada Aires Ribeiro, que tem como secretários os camaradas Maria Elisete Gomes e Virgílio Xavier.

GUARDA

PS saúda decisão da UNESCO

A Federação do PS da Guarda saudou, num comunicado, a decisão da UNESCO de classificar Património da Humanidade as Gravuras Rupestres do Vale do Côa.

«Ao considerar as gravuras de «Valor Universal Excepcional» a UNESCO reconheceu que o Governo do PS tinha razão quando decidiu preservar as gravuras», referem os socialistas da Guarda.

O PS/Guarda sublinha que «é da mais elementar justiça lembrar todos aqueles que bem cedo tiveram a percepção da importância patrimonial que a riqueza do Vale do Côa encerrava, do que ela representava para o desenvolvimento regional e se empenharam na defesa desta causa. Por isso estão de parabéns».

Os socialistas da Guarda «que sempre se bateram pela defesa das gravuras em detrimento da barragem, vêm no dia 2 de Dezembro um dia histórico para o distrito».

Lufada de progresso

Segundo o PS/Guarda, «a decisão agora tomada constitui um bem de inestimável valor que permitirá um maior desenvolvimento social, económico e cultural do distrito da Guarda com os naturais benefícios para a população nele residente».

A Federação da Guarda do PS «tem a certeza que o Governo tudo fará para concluir os investimentos já anunciados para a região».

LOURES

Rodrigues ganha a Farmehouse

A lista liderada por Meneses Rodrigues, ex-candidato do PS à Câmara de Loures, venceu a lista liderada por Pedro Farmehouse, militante histórico, na eleição para a Comissão Política Concelhia de Loures do PS.

O camarada Meneses Rodrigues obteve 447 votos, enquanto Pedro Farmehouse alcançou 307 votos.

PENHA DE FRANÇA

Novo Secretariado

A Secção da Penha de França, uma das estruturas mais activas e dinâmicas do PS, tem um novo Secretariado e Mesa da Assembleia Geral.

No passado dia 4 largas dezenas de militantes compareceram nas renovadas instalações desta estrutura para votar nas eleições para os novos órgãos dirigentes da Secção e ainda para a Comissão Política Concelhia de Lisboa.

O camarada João Jofre da Fonseca Costa é o secretário-coorde-



nador do novo Secretariado, que integra ainda os camaradas Maria Custódia Fernandes, Renato Guerreiro Neto, Maria Amália Galamba, Carlos Tecelão, José Carlos Guerreiro Castelo Branco, Maria Guilhermina Tereno e Maria de Lurdes Lourenço.

Por seu turno, a Assembleia Geral é formada pelos camaradas Bastos Silva, Orlando Capelo e Artur Costa Guerreiro.

A Secção da Penha de França, com estes órgãos dirigentes formados por camaradas com provas dadas de militância e fidelidade aos valores da liberdade, igualdade e fraternidade, está mais uma vez pronta para as grandes batalhas que se aviznam como as eleições europeias e legislativas.

Unidos na defesa intransigente do PS como partido de militantes e de projecto, bem como na defesa dos valores da esquerda democrática, os membros do Secretariado têm como objectivo da sua acção nos próximos dois anos uma ainda maior revitalização da Secção, através de uma vasto conjunto de iniciativas mobilizadoras.

PORTO

JS saúda Fernando Gomes

A JS do Porto, a propósito da aprovação no Conselho de Ministros do dossier do Metro Porto, divulgou um comunicado em que felicita «o motor deste grandioso projecto para o Porto, o camarada Fernando Gomes».

Para a JS, «o autarca português conseguiu com a sua perseverança, o seu espírito crítico, a sua coragem e determinação, trazer para o Porto um grande investimento que tanto facilitará a vida das populações da Área Metropolitana do Porto».

A JS/Porto repudia, no documento, «todos aqueles que tentaram bloquear este grande projecto inclusive quando pertenciam ao anterior Governo do seu partido e que nunca fizeram nada para acelerar o processo ou mesmo para o resolver, muito pelo contrário». Os jovens socialistas referem ainda que «mais uma vez o Executivo liderado pelo camarada António Guterres conseguiu resolver em três anos de Governo o que outros, devido a incapacidade ou a falta de vontade, não conseguiram em dez anos».

Ciclo de conferências da JS

O camarada eurodeputado Carlos Lage encerrou no dia 30 de Novembro o ciclo de conferências promovido pela JS/Porto, inserido no âmbito do plano de formação cívico-política.

Carlos Lage participou na conferência subordinada ao tema «Qual a responsabilidade da esquerda na construção da União Europeia», que decorreu, tal como as anteriores, na sede da Federação Distrital da JS/Porto, na Rua Santa Isabel.

Máscaras laranja caíram mais cedo

Num comunicado do dia 18, a Federação Distrital do PS/Porto referiu que «não está contra o aparecimento de novos municípios», acrescentando, no entanto, que é «convicção dos socialistas que as entidades responsáveis, Assembleia da República e Governo, deveriam proceder a um estudo sério, isento e responsável, que possibilitasse, de modo sustentado, uma reforma da Administração Local e, consequentemente, autorizassem esses estudos a eventual criação de novos municípios».

Afirmando não ceder à demagogia, os socialistas do Porto sublinharam que assumiram responsavelmente que se deveriam opor à criação de novos concelhos, contestando «o manobristo político daqueles que ainda há poucas semanas vociferavam contra o aumento de "tachos" ou de "despesa pública"».

«Final, bastavam dez dias para que as máscaras caíssem», referiram os socialistas do Porto.

Concelhia de Lisboa Vitória esmagadora da lista de Miguel Coelho

Os militantes de Lisboa deram na passada sexta-feira uma vitória esmagadora à lista A, liderada pelo camarada Miguel Coelho, nas eleições para a Comissão Política Concelhia de Lisboa.

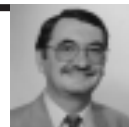
A lista A encabeçada pelo camarada Miguel Coelho obteve 1 129 votos, enquanto a lista C liderada pelo camarada Luís Vaz obteve 434 votos e a lista B do camarada António Brotas conseguiu 76 votos.

Os militantes de Lisboa votaram assim esmagadoramente pela reeleição do camarada Miguel Coelho, que com uma dinâmica equipa vai continuar a fazer da Concelhia uma estrutura respeitada e prestigiada de camaradas solidários que não abdicam dos seus valores e princípios.

A Concelhia de Lisboa vai continuar ainda a ser uma estrutura que apoia construtivamente a acção da Câmara de Lisboa, sem nunca abdicar de ter uma palavra a dizer em todas as questões que estatutariamente lhe dizem respeito, no âmbito de um partido de homens livres.

PREVENÇÃO

Carlos Garrido*



CATÁSTROFES E CORRUPÇÃO

Ultimamente tem-se falado muito de *catástrofes* e em *corrupção*, embora de maneira autónoma, sem estes fenómenos aparecerem explicitamente associados.

As *catástrofes naturais* têm sido abordadas na Comunicação Social devido ao aumento da sua frequência, ocasionada pelas alterações climáticas. As *catástrofes ambientais* são hoje mais patentes não só em virtude do aumento da agressividade da actividade humana em relação ao meio envolvente, como também por haver uma maior receptividade de segmentos significativos da população em relação a temas ecológicos.

Por outro lado, têm-se verificado diversas *catástrofes tecnológicas*, as quais, por vezes, constituem também *catástrofes ambientais* (recordem-se os trágicos acontecimentos da Nigéria).

Não só na literatura especializada como também na imprensa nacional e internacional, têm sido abordados temas relacionados com a *corrupção*, indo da denúncia de casos concretos até assuntos metodológicos da sua prevenção e combate, uns centrados na *corrupção passiva* (a abordagem tradicional) e outros com o enfoque na *corrupção activa*. Alguns têm referido a relação entre a *corrupção* e o desenvolvimento económico, tendo já sido demonstrado que, salvo algumas excepções, nos países subdesenvolvidos o fenómeno da *corrupção* tende a ser mais grave do que nos países desenvolvidos. A *corrupção* aparece, assim, como um obstáculo ao desenvolvimento económico. A ligação entre *corrupção* e grau de desenvolvi-



mento económico pode ser estabelecida genericamente, comparando *índices de corrupção* com indicadores de desenvolvimento económico e social. Outra via da ligação entre *corrupção* e desenvolvimento pode ser feita através da intermediação da *economia das catástrofes*, que é uma disciplina da ciência económica que tem por objectivo estudar o comportamento da economia pós-catástrofe e os aspectos económicos e financeiros da prevenção das mesmas, ou seja, da redução das vulnerabilidades.

Qual tem sido o papel da *corrupção* no aumento da vulnerabilidade das economias e das sociedades às *catástrofes*?

Os autores que se debruçam sobre estes temas defendem que as grandes

vulnerabilidades às *catástrofes* não são de ordem tecnológica mas económica, social e cultural, onde se pode incluir o fenómeno da *corrupção*.

Ao nível do ordenamento do território o fenómeno da *corrupção* desempenha um papel dinamizador de graves desequilíbrios, levando à construção de habitações clandestinas em zonas sísmicas ou em linha de água, ou sem as especificações técnicas adequadas, o que potencia os efeitos negativos das *catástrofes*. A propósito de construções clandestinas, creio que, pelo menos em países com um desenvolvimento económico semelhante a Portugal, raramente foram feitas construções clandestinas porque estas sempre foram erigidas à luz do sol. Quanto muito

foram ilegais.

Ainda no que diz respeito ao ordenamento do território, vários autores que se dedicam ao estudo da *corrupção* referem que esta, por vezes, está difundida no sector das obras públicas, que geralmente tem a ver com construção de equipamentos sociais e de infra-estruturas.

Em Portugal têm surgido ultimamente nos meios de Comunicação Social notícias preocupantes a propósito de situações de *corrupção* ligadas a estes sectores.

No caso concreto português, qual é o impacto da *corrupção* no eventual aumento das vulnerabilidades às *catástrofes* naturais e tecnológicas?

No que diz respeito às *catástrofes naturais*, as cartas de risco existentes apontam zonas de grande vulnerabilidade a sismos e a cheias. A probabilidade de ocorrerem *fenómenos extremos* é pequena, mas se eles ocorrerem, a potenciação dos efeitos das *catástrofes* através de um inadequado ou «corrompido» ordenamento do território poderá provocar inúmeras mortes, feridos e desalojados e ter impactes económicos e sociais de magnitude imprevisível mas certamente trágica.

Todas as acções que o Governo e o Estado venham a tomar no sentido de prevenir o advento destes fenómenos são bem-vindas, na medida em que preservam a sociedade e o ambiente que nos rodeia dos instintos predadores que, infelizmente, continuam a persistir e que comprometem o futuro das gerações vindouras.

*Professor convidado da Universidade da Beira Interior

AGRICULTURA

António Martinho



MEIOS DE ASSEGURAR A SEGURANÇA ALIMENTAR

Quando somos convidados a reflectir sobre o tema «meios de assegurar a segurança alimentar» não podemos deixar de ter presente a solidariedade intergeracional. Na verdade, falar de segurança alimentar para as pessoas de hoje obriga-nos, necessariamente, a pensar nas pessoas de amanhã.

Ora, conscientes do papel da agricultura na produção de bens alimentares, não podemos cingir-nos à sua produção a qualquer preço.

Antes devemos ter presente a necessidade de uma agricultura sustentável, não agressiva do ambiente e perfeitamente adequada ao meio em que essa actividade se desenvolve. Numa palavra, que produza bens alimentares para hoje, mas que não degrade o meio ambiente de tal forma que venham a faltar as condições para essa produção amanhã.

Aliás, esta exigência está conforme os

princípios expressos em documentos da ONU quando se defende um novo modelo de desenvolvimento «que coloque o povo no centro, que olhe o crescimento económico como um meio e não como um fim, que proteja as oportunidades de vida das futuras gerações, assim como das actuais e respeite os sistemas naturais dos quais a vida depende» (In *Relatório do Desenvolvimento Humano - 1994, PNUD Edição Portuguesa*).

Também assim se compreendem algumas preocupações que resultam da convicção de que a destruição do meio ambiente e a delapidação das matérias-primas reduzem as possibilidades de vida das gerações futuras.

Com este espírito se devem definir as políticas agrícolas e de desenvolvimento rural. Isto é, impõe-se que na definição dessas políticas se tenham presentes as potencialidades do território, em obediência a uma concepção harmoniosa e

equilibrada da sua utilização. Não pode pensar-se em conseguir a segurança alimentar através da destruição indiscriminada das florestas ou da sobreexploração dos solos que levam à desertificação física de grandes extensões do planeta.

Não pode pensar-se em transportar simplesmente para outros países ou regiões do globo soluções que se mostraram mais ou menos adequadas em determinados meios. Antes se devem criar condições a nível mundial para que cada país possa encontrar a sua própria via de desenvolvimento, descubra a sua própria forma de agricultura produtiva, transforme as suas próprias matérias-primas em produtos acabados.

Reconheço que há dificuldades, hoje, para que estes princípios constituam normas orientadoras, genericamente aceites. Estamos num tempo de mercado global e de primazia da competitividade. Mas é

legítimo perguntar-se e faço-o citando dois docentes universitários do meu país, se o mercado poderá ser a panaceia que tudo resolve e «se a competitividade terá se ser o único objectivo de todas as políticas, principalmente quando não se percebe bem para que (e a quem) ela serve» (In *Capucha, Luís Manuel Antunes e Guerreiro, Maria das Dores, Perspectivas do Desenvolvimento do Interior*).

Neste quadro, a função dos Governos é a de saber definir claramente as políticas agrícolas e de forma adequada às diversas regiões, nos seus próprios países. Para que se possam conseguir níveis de produção compensadores, bem como a salvaguarda ecológica.

Deste modo se atinge também, e mais facilmente, o objectivo de uma melhor utilização das terras.

*Intervenção do deputado do PS António Martinho na Conferência Interparlamentar «Alcançar os objectivos da Cimeira Mundial da Alimentação para uma estratégia de desenvolvimento duradouro» realizada em Roma com o apoio do FAO.

COOPERAÇÃO

José Leitão*

A LIBERDADE DE ESCOLHA



Os fundamentalistas étnicos, qualquer que seja a «raça» com que se pretendem identificar vivem obcecados com a «pureza étnica» e têm o pavor da «mistura racial». A declaração Universal dos Direitos do Homem, cujo 50º aniversário se comemora em 10 de Dezembro, consagrou no art. 16º que:

«1. A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião...»

Ora o que os fundamentalistas étnicos pretendem é que os homens e as mulheres não se devam «misturar», que apenas podem casar e constituir família, com pessoas da sua «raça», da sua nacionalidade, e por vezes, inclusive, da sua religião.

Opõe-se à conquista das sociedades liberais e democráticas que representa a consagração da liberdade a escolher com quem se quer casar ou constituir família. Ora esta conquista faz parte daquelas que marcam uma clara demarcação entre a civilização e a barbárie, é uma opção política fundamental.

Entendamo-nos. É legítimo que cada um construa livremente a sua própria identidade

de com referência a uma determinada tradição linguística ou cultural ou numa solidariedade mais estreita com esta ou aquela comunidade, com ou sem uma determinada referência étnica, mas não podemos esquecer que somos todos pessoas com a mesma dignidade.

O grande escritor português Miguel Torga afirmava que «o universal é o particular, sem os muros». A recusa do racismo e da xenofobia se é compatível com o respeito pelo particular, exige sempre o derrube dos muros que, por vezes, se pretendem erguer artificialmente entre pessoas com base em pretextos étnicos ou nacionais.

É tão legítimo amar quem é da mesma «raça», nacionalidade ou religião como quem não é.

Camões deixou-nos um belíssimo poema no qual fala de um amor, que os fundamentalistas étnicos não lhe permitiriam:

«Pretidão de Amor/Tão doce a figura/Que a neve lhe jura/Que trocara a cor».

Camões esteve, aliás, bem acompanhado por muitos portugueses ao longo dos séculos.

Só os não-democratas é que têm a ilusão de poder apagar a história.

A mestiçagem que foi uma presença permanente na história portuguesa, sobreviveu aos inquisidores e negreiros e aos seus discípulos do presente.

A mestiçagem não foi sempre biológica, foi, muitas vezes, apenas cultural. Como escreveu o ensaísta guineense Carlos Lopes: «A mestiçagem não é necessariamente biológica, não tem instrumento universal de medida por pigmentação. É provocada por fenómenos químicos ainda não identificados que se explicam através da sequência criar, instruir, educar» in «Por Esses Oceanos Ao Encontro» Ed. África Imagens.

A cultura «crioula» ou mestiça se preferirem, esteve presente em todas as paragens em que os portugueses se foram instalando.

Como afirmou o escritor Fernando Dacosta «Em todas as paragens deixámos descendentes, nas horas de retorno outros povos, pretos, mulatos, indianos, orientais vêm conosco, acrescentam-nos, aprendem o frio e a geografia, ajudam no erguer de casas, no amanho de baldios, inovam a cozinha, a música e o imaginário, dissipam o isolamento» (in O Víúvo, Publicações D. Quixote, 1986, p.175).

A «nação crioula» de que fala o escritor

angolano José Eduardo Agualusa, não é apenas uma realidade do passado, mas uma componente incontornável de todas as sociedades lusófonas do presente e do futuro.

Mas, o que está em causa, não é a opção pela mestiçagem cultural ou biológica. O que está em causa é a liberdade de escolher o mesmo ou o diferente, de optar pela mestiçagem ou de a recusar. O que está em causa é a liberdade de escolher livremente amar ou não amar, de construir uma família sem restrição alguma de raça, de nacionalidade ou religião. Aos fundamentalismos étnicos, há que recomendar a lírica de Camões e a leitura da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Talvez consigam entender que: «Amor é o fogo que arde sem se ver»; ... É um não querer mais que bem querer; ... É querer estar preso por vontade...»

Se não puderem compreender o poeta, não podem ignorar que as civilizações liberais e democráticas não renunciarão à liberdade pessoal de escolher o que tanto custou a conquistar.

*Alto Comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas
In «Público»

JUSTIÇA

Alberto Martins

VIVA A IMUNIDADE DOS LORDS!



A decisão da justiça inglesa de não reconhecimento de imunidade a Pinochet, e a possibilidade da sua extradição para Espanha, é um facto singular que abre uma nova etapa na evolução do direito penal internacional.

O princípio e o direito de ingerência em matéria de direitos humanos vem ganhando progressivo espaço a nível mundial. A investigação dos direitos humanos e o seu reconhecimento por todos os povos da terra, representados pelos seus governos desde logo na Conferência de Viena de 1993, e no âmbito da Organização das Nações Unidas, é uma realidade emergente. Vão nesse sentido, aliás, os diversos pactos e convenções induzidos pela referência nuclear que constitui a Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela ONU em 1948.

Mas têm sido tímidos os passos dados em matéria penal no âmbito de um direito internacional oponível a todos os implicados em crimes de guerra, genocídio, ou outros crimes contra a humanidade. A experiência primeira ficou-se por um tribunal de Nuremberga, após a 2.ª guerra mundial, o qual constituiu um tribunal dos vencedores face aos crimes do nazismo e fascismo durante a guerra.

Após a adopção da Convenção da Preven-



ção e Punição do Crime de Genocídio da ONU, em 1948, começou a ser estudada a possibilidade da criação de um tribunal internacional penal permanente. As dificuldades da sua constituição não têm sido facilmente vencidas. Em resposta à dramática situação na ex-Jugoslávia, na sequência de uma guerra bárbara com recurso indiscriminado à «chamada limpeza étnica», foi criado um tribunal «ad hoc», tal como na sequência do genocídio do Ruanda, em 1994, mas sempre como soluções localizadas no espaço e em tempos determinados.

A ideia de um tribunal internacional permanente é, porém, uma realidade hoje já em movimento com a criação, em Roma, em Julho último, de um tribunal criminal internacional. O tribunal que exerce a sua competência nos crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão entrará em vigor, para os países que subscreveram o Estatuto, após a sua subscrição por sessenta estados.

Mas é significativo que à margem de um Tribunal Internacional tenha sido instaurado um princípio de reconhecimento de não

impunidade, isto é de não aceitação de impunidade, a quem no exercício do poder político tenha ou seja acusado de «crimes contra a humanidade».

Este novo passo na internacionalização dos direitos humanos, que é feita de modo disperso e plural, abre uma via de um reconhecimento que se vem impondo. Os direitos humanos fundamentais não são só património de um Estado no interior das suas fronteiras, mas podem ser apreciados e aferidos pela comunidade internacional. O espaço dessa abertura é a do autoconsentimento, e reconhecimento, pela via convencional, por parte dos estados.

Mas agora, em Inglaterra, há uma via que começa a ser desenhada com maior nitidez. É que não deixa de complementar os objectivos do tribunal penal internacional, isto é: a via da impunidade dos «crimes contra a humanidade» à margem da vontade dos Estados da nacionalidade do presumível criminoso ou do lugar da prática do crime.

É bem verdade que, a partir de agora, começam a abrir-se as avenidas da liberdade e da justiça internacional contra todos os ditadores, sobretudo contra a barbárie dos que não olham a meios. Dormir descansado, e em paz, já não é seguro para os senhores da morte e da guerra.

In «Jornal de Notícias»

CLASSE DIRIGENTE

Rui Iglésias Costal

DA SUÍÇA À GUINÉ-BISSAU



Já lá vão cerca de 30 anos, desde a intenção de ir estagiar para Schaffhausen na Suíça alemã, nos tempos difíceis do antes 25 de Abril. Tempos esses, em que para obter um simples passaporte teve que ser interrogado por elementos da ex-PIDE.

Na altura e conforme os casos assim se faziam os interrogatórios, para confirmarem se o passaporte a obter era para «fugir» ou para turismo. O interrogatório era do tipo contraditório. Por isso muitos que lá iam, não conhecendo o tipo de perguntas, ficavam sem a possibilidade de o adquirir. Quando me apresentei, já sabia o que me esperava, por isso fui bem vestido e pronto a não me deixar enganar por aqueles rapazinhos «bem intencionados». Passei no teste o que para mim na altura encheu o meu ego.

Pensava que já estava na Suíça. Mas não. Entretanto, a empresa suíça, já tinha emitido para a embaixada o «permis» para estagiar. Isto depois de muita correspondência entre Portugal e a Suíça. Acontece que faltava a licença militar. Na altura estava a estudar engenharia no ISEL. Pensava que seria fácil a tal licença. Enganei-me. Tentei, depois de esgotar os «caminhos normais», umas cunhas. Nada. O que me diziam, era que a guerra colonial estava a complicar-se e portanto o mais certo era ter de ir primeiro «defender» os interesses nacionais. Não consegui de facto o permissão militar. Fiquei deveras apre-

ensivo. Para a minha vida profissional era bastante importante estagiar, numa unidade fabril, num país como a Suíça na zona alemã, numa fábrica de engenharia em tecnologias avançadas. Perdi eu e Portugal. Gostaria de sublinhar a ética dos suíços.

Também sublinhar que todas as despesas e o estágio eram pagos por eles.

Passado algum tempo entrei para o serviço militar obrigatório. Seis meses depois estava mobilizado para a Guiné-Bissau com a especialidade de Informação e Operações Militares. Fui direito a Bissau, depois de dez dias de «cruzeiro» pelo Atlântico, desembarcámos numa LDG em direcção à ilha da Bolama, onde fomos bombardeados por foguetões. Ai morreram os primeiros homens do meu Batalhão de Caçadores o BCAÇ 4516. Estávamos em 1973 no auge da guerra colonial com o PAIGC. Comecei a ter a noção do que era uma guerra de guerrilha, onde nunca se sabe como é. Fomos bombardeados com oito foguetões, todos caíram na Ilha de Bolama, morreram também elementos da população indígena. A seguir Nhala, Mampatá, Cumbijá, Aldeia Formosa, Bissalanca e por último Ilondé.

Foram meses de «turismo» pelo território dum país que fiquei a gostar, pelas suas gentes, vegetação que mais parece uma paleta de pintor, animais, em suma, pela natureza deslumbrante e luxuriante, das mais variadas que tenho visto pelo mun-

do. As gentes como os Baslantas, Mandingas, Fulas, Papéis, Bijagós, etc, gente boa, amável, com bastante dignidade, usos e costumes. Não posso esquecer os primeiros passos na canoagem. Foi lá que senti pela primeira vez o deslizar da canoa pelos braços de mar, feita em tronco de árvore pelos braços do homem, mundo verde, paradisíaco, se não fosse a guerra. Muitas vezes comparei com a Amazônia.

A gastronomia que tive a oportunidade de provar desde a mancarra, caju, hipopótamo, águia, peixe, piriqitos, ostras, porco selvagem, gazela, etc., são de facto inolvidáveis.

Os passeios de natureza pelos sistemas hídricos e o contacto com a vegetação luxuriante são também inesquecíveis. Todos os ruídos da mata, os animais nas suas multidiferenças, no seu viver. Enfim, um nunca acabar de sensações novas. É possível mesmo nas coisas piores e difíceis, procurar o positivo. Foi assim que vivi em África de certa maneira, na Guiné-Bissau. Foi assim que não fui para a Suíça onde comprometi o meu futuro, pelo menos de ter vivido novas experiências no que concerne ao mundo empresarial e sistemas de qualidade de vida. No entanto, mais tarde viria a estar na Suíça por motivos familiares, profissionais e também na cidade que antes fora convidado a estagiar. Uma cidade bonita, também com a natureza, desta vez montanhosa, com

rios e lagos a precipitarem-se nos vales, água limpiíssima, onde as pessoas respeitam a natureza, a contemplam, onde tudo bate certo ao segundo, onde se respira qualidade de vida. Os dirigentes políticos mal se vêm. Onde o cidadão não precisa de se aborrecer, mesmo com uns pequenos buracos na rua, onde se fazem túneis de difícil engenharia atravessando montanhas, curiosamente sem pedirem subsídios a ninguém. Onde qualquer grau de latitude, longitude ou altitude tem o cuidado de estar ao serviço duma excelente qualidade de vida. Onde os salários são dignos, os hospitais, as escolas, etc. Assim foi e é a Suíça que fui impedido de usufruir naqueles tempos, por «defender» os interesses nacionais.

Passaram os anos e é com espanto que ouvi a palavra Ilondé. O sítio de onde parti da Guiné depois do 25 de Abril, onde também fiz uma acção, na altura clandestina, para que o BCAÇ 4516 tivesse condições de vida digna. Curiosamente, vi elementos da Junta Militar e portuguesa nas conversações para a paz. A guerra tornou a voltar, mais uma vez. Foi civil. É preocupante o que se tem vindo a passar naquele país. Que o entendimento seja frutuoso e para sempre.

Suíça e Guiné, dois países que conheci, bem. Tipograficamente e humanamente muito ricos, mas com uma enorme diferença. O comportamento das classes dirigentes.

ENSINO SUPERIOR

Amílcar Augusto

EDUCAÇÃO E OPORTUNIDADES



Há temas que são difíceis de abordar, talvez por se considerarem «tabú». A dignidade e a ética impedem-nos muitas vezes de falar e muito menos de escrever. No entanto, a revolta provocada pela injustiça dos inúmeros casos conhecidos e dos que vêm chegando ao nosso conhecimento, impele-nos a fazê-lo, num grito de desabafo incoerente.

Vem isto a propósito de ter ouvido no rádio, uma reportagem sobre os resultados das candidaturas ao ensino superior. As manifestações de alegria das pessoas que estavam a ser entrevistadas que tinham ultrapassado essa barreira era evidente no seu estado de euforia. Ao ouvir as suas declarações entusiasmas lembrei-me de uma observação que há bem pouco tempo um amigo me fez: ainda não está convencido que os títulos académicos nada valem? Efectivamente assim é, esta é a verdade com que nos temos de confrontar dos dias de hoje.

São por de mais os exemplos conhecidos nas empresas, públicas e privadas, na administração pública, central e local, onde as nomeações para os cargos mais importantes, administração e direcção se fazem por valores que nada têm a ver com graus académicos, experiência profissional e linha de carreira. Os reais valores dessas decisões fixam-se na confiança e amizade, ou em interesses comuns de grupo de pessoas.

Face a esta realidade o que é que espera as pessoas que agora sentiram a alegria de terem entrado no ensino superior? Três, quatro ou cinco anos de esforço intelectual, conforme o grau académico que pretenderem, para adquirirem os conhecimentos que julgam poder vir a utilizar na sua futura vida profissional. A angústia dos exames, a saturação e a ansiedade de terminar e ingressar no mercado de trabalho. Depois, de novo a incerteza e a angústia para conseguir o primeiro emprego. Uma vez este conseguido o descontentamento por não ver reconhecimento do esforço fei-

to a nível remuneratório, por sentir que está a fazer aquilo que não gosta, porque o superior hierárquico tem um grau académico inferior ao seu ou até nem sequer o possui, porque muitas vezes é sujeito a prepotências e humilhações às quais não pode corresponder com receio de perder o emprego ou ficar mal visto. Por fim, constata que a carreira não existe e que se quiser sobreviver e ter êxito terá de descobrir as suas oportunidades e lutar por elas independentemente daquilo que tanto se esforçou por aprender no ensino superior. Para quê então tanta alegria por ter entrado no ensino superior? Para quê tanto sacrifício dos pais e o esforço financeiro do país em formar pessoas com o ensino superior? Para quê as empresas apostarem na formação contínua dos seus trabalhadores e proporcionarem cursos de pós-graduação e mestrados? Se depois nas nomeações para os cargos prevalece o factor amizade até mesmo sobre a solidariedade partidária.

Nos tempos actuais não se fazem investimentos sem retorno. A educação custa muito aos pais e ao país para assim ser desperdiçada. Para além disso, há que ter em conta o efeito perverso de imagem dos governantes ao deixar andar este estado de coisas que tão mau-estar provoca na sociedade.

Esta situação tem de ser alterada. Não há que ter receio em promover a utilização dos quadros superiores pela suas qualificações académicas experiência e linhas de carreira. A solidariedade partidária tem que se sobrepor às amizades e pressão dos grupos de influência, porque ao promover o amigo ou o amigo do amigo, este passa na opinião pública a ser, mesmo sem o ser, da mesma cor partidária.

Que se nomeiem as pessoas com qualificação e competência tendo em conta, em igualdade de oportunidades, a solidariedade partidária. Se o não fizermos hoje, os nossos opositores fá-lo-ão amanhã, mas pior ainda do que o já fizeram antes.

MODERNIZAÇÃO

Pinheiro Coelho

QUE MUDANÇAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?



Do Parlamento chegou-nos a proposta de lei com a qual se pretende alterar o regime jurídico de carreiras na função pública e, substancialmente, revogar o dec.- lei nº 248/85, que, na esteira do dec.- lei nº 191-C/79, pela primeira vez na história da Administração Portuguesa, deu corpo a uma filosofia de princípios mediante os quais se arrumou um sistema esteado na legalidade definidora dos direitos e deveres, mercê do qual os funcionários passaram a conhecer o quadro jurídico onde se move o universo dos seus interesses.

E do que sabemos do secretário de Estado e do ministro da tutela, pareceu-nos que ambos subscreveriam um projecto renovado e intérprete do sentir do País e da comunidade administrativa.

Porque apesar das contingentes dificuldades para quem exterior à administração tenta corrigir-lhe os ardis de antanho que adornam a sua imbecilidade militante, a verdade é que nem estes são perenes no tempo, nem a vestuta subtilidade lhe é inerente, quando as mudanças se afeiçoam ao progresso do homem e dão sentido aos seus anseios.

Para tanto, bastava que estes governantes se acompanhassem de pessoas com capacidade crítica do sistema, por forma a assegurar os requisitos que devem projectar a função pública mais como instrumento do Governo ao serviço dos cidadãos do que acalantar-lhe o designio de uma arma de arremesso contra a população.

Mas se o esboço do diploma traduz um acordo de vontades entre sindicatos e Governo, certo é que o mesmo não veicula minimamente as esperanças dos funcionários e muito menos corresponde às expectativas de uma sociedade aberta que deve ter como pressuposto a dinâmica de uma administração arejada e motivante para o corte epistimológico com dogmas salazaristas que, ao longo do tempo, a fecundou de perversidades e lhe instilou o lastro de uma cultura mefistofélica.

Pena foi que nem Jorge Coelho nem Fausto Correia tivessem essa percepção histórica



de mudança e concebessem um texto que, para há de uma técnica legiferante gongórica e irracional, cabulassem a anterior legislação, mantendo nele o princípio absurdo dos concursos de acesso como pedra angular do sistema, convertidos à ideia que através deles se escolhem os melhores técnicos, quando é sabido que este tipo de concursos se revelaram um embuste edificado à imagem da estultícia administrativa e servem ao esbanjamento larvar do erário público.

Isto porque estando os funcionários integrados numa carreira escalonada em categorias, são obrigados a permanecer nelas, pelo menos, durante três anos, findos os quais se existir vaga e o director entender, autoriza a abertura do concurso para a categoria, cuja posição final dos candidatos é passível de recurso.

E enquanto este corre seus termos, a administração nomeia os primeiros classificados, mas se o tribunal caucionar a razão suscitada pelos recorrentes, o Governo é obrigado a criar tantos lugares quantos os sujeitos que obtiveram provimento. Assim,

um serviço que, talvez, carecesse só de 600 funcionários, vê-se forçado a suportar mais 20 ou 30.

Como é bom de ver, esta via para lá de se mostrar traumatizante e castradora de qualquer expectativa legítima, culmina ainda na mais infame das injustiças e exprime-se num acréscimo de despesas inúteis, próprias de um país estupidificado pelo zelo burocrático.

Ora, considerando a experiência de 20 anos de provas de acesso, tornou-se evidente que estas não deram qualidade aos serviços e tão trouxeram vantagem aos seus destinatários. Posto que, será tempo de repensar o sistema com sentido de lhe introduzir eficácia e respeito pelos cidadãos, subtraindo-o à iniquidade desperdiçante de meios humanos e financeiros, devendo para tanto:

a) A admissão na Função Pública ser objecto de um rigoroso concurso de ingresso, no qual as provas não se quedem apenas pela matéria respeitante à carreira, mas devendo, igualmente, dirigir-se a raciocínios de alcance prático e responsabilizado,

ligando-se mais às tarefas de cada dia do que a uma base teórica, colhida nos manuais de Direito Administrativo;

b) Após a permanência na categoria de ingresso durante três anos, o funcionário, em vez do concurso de acesso, deve ser promovido à categoria seguinte se durante esse lapso de tempo obtiver uma classificação de serviço de Muito Bom, preconizada nos termos e garantias do actual d.r. nº 44-B/83.

c) Paralelamente, deverão as carreiras ser inseridas em quadros com *dotação global*, já que esta modalidade permite sempre a existência de vaga, obstando que os funcionários, ao fim de três anos na categoria, não sejam compelidos a concorrer para outro organismo, precisamente, na altura em que estão familiarizados com o seu conteúdo funcional, evitando, desta forma, desbaratar a experiência acumulada e passar os 36 anos de função pública a correr de serviço em serviço até atingir o último grau da sua classe.

É que, se por um lado, este sistema já vigora para professores, juizes e militares, por outro, ele é o que se revela mais racional e económico, não só porque escapa ao controlo do poder arbitrário e contribui para a harmonia administrativa, mas principalmente porque visa poupar ao Estado milhões de contos inerentes aos concursos de acesso e consequentes transferências de organismo em busca da desejada categoria superior.

Dai que previamente à aprovação do projecto-lei, seja prudente uma reflexão dos senhores deputados sobre que Administração Pública pretendem para o País. Se a vocacionada a servir a comunidade, de braço dado com a evolução e dignificação dos seus trabalhadores, no seio da qual se congrega uma vasta plêiade dos melhores quadros da sociedade portuguesa, como, publicamente, reconheceu o primeiro-ministro, ou se uma administração miserabilista, hipotecada à mediocracia e mesquinhez, contida na proposta observada e que continua a fazer de Portugal o país mais subdesenvolvido da Europa.

IDEOLOGIA

Carlos Carranca*

O LUGAR DA POESIA



Contrariamente ao que Francisco Azevedo e Silva afirmou no editorial do «DN» de 15 de Novembro, o Novo Centro não arrisca, é o lugar dos mornos, vive do presente, não tem dimensão de Estado, governa por sondagens, sempre preocupado com as próximas eleições.

A nova ideologia não procura novas paixões, porque pura e simplesmente as pai-

xões não se procuram, sentem-se.

O Novo Centro, em nome da esquerda democrática, renunciou ao papel orientador da ideologia. Sente-se melhor entre os capitalistas, distribuindo as migalhas que sobram do banquete.

O Novo Centro é a *prosa* em acção do Sr. Blair que faz campanha em *poesia*. E o que faz falta hoje, é a dimensão da *poesia*, a do sonho, capaz de transformar a realidade

de respeitando os que dela nunca sentiram a Vida se não em *prosa*.

O Novo Centro olha candidamente o que o rodeia, aceitando que quase tudo está bem e perfeito. Recusa-se a olhar o Futuro que é o lugar dos ideais.

O Novo Centro é filho da onda liberal que inunda o planeta. Serve o capitalismo que encontrou nessa esquerda sorridente o lugar privilegiado da conquista, fazendo de-

saparecer, aos poucos, os direitos que os trabalhadores alcançaram ao longo dos tempos.

O Novo Centro é o espaço onde os interesses económicos e os «lobbies» comandam em nome dos valores; o dos homens e mulheres de sucesso, gestores da ideologia dos outros, que se movem sorrindo, sorrindo... sempre.

*Professor do Ensino Superior



QUE SE PASSA

Maria João Rodrigues

Concerto em Abrantes

Hoje, pelas 21 e 30, a Igreja da Santa Casa da Misericórdia será palco para um concerto de música medieval a cargo do grupo Ars Musicae.

Esta iniciativa insere-se no âmbito do programa comemorativo dos 850 anos da fundação da cidade por D. Afonso Henriques.

Direitos do Homem em Coimbra

Hoje, a Amnistia Internacional e o Teatro Académico Gil Vicente promovem, às 18 horas, uma sessão de poesia comemorativa do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Amanhã, às 21 e 30, não perca a actuação de uma grande lutadora pela liberdade. Trata-se de Gala Torres e da sua música camponesa do Chile, presentes na Casa Municipal da Cultura.

O sábado será marcado por um Concerto de Natal, na Igreja de São José, a partir das 21 e 30, com instrumentos de sopro de Coimbra, o Choral Polifónico e o Coro dos Pequenos Cantores de Coimbra.

A partir de «Universos e Frigoríficos», de Jacinto Lucas Pires, e de «Fausto», de Fernando Pessoa, com encenação de Manuel Sardinha, o TEUC representará, anos dias 14, 15 e 16, no Teatro Académico de Gil Vicente, pelas 21 e 45, «Há Horas do Diabo».

«Dez Anos de Cartoons», segundo a visão de Rui Pimentel, é a mostra que poderá apreciar se passar pela Galeria do Átrio, do dia 15 ao dia 14 de Janeiro de 1999. Também na terça-feira, dia 15, Eduarda Andrade apresentará, às 18 e 30, a mais recente publicação de Conceição Riachos, o livro «Olhares».

Pintura em Espinho

A exposição de pinturas a guache do escultor José Rodrigues já pode ser visitada na Galeria de Arte do Casino de Espinho. José Rodrigues tem-se notabilizado pelas suas esculturas, de que se destacam o Cubo da Ribeira e o Monumento ao Empresário, ambos no Porto, o Anjo São Gabriel, que encima o Edifício Marconi, em Lisboa, e a homenagem a «Capital do Móvel», em Paços de Ferreira.

O escultor faz parte do Grupo dos Quatro Vintes, assim conhecido por congregar os artistas que se formaram com 20 valores na Escola de Belas Artes do Porto, José Rodrigues, Armando Alves, Jorge Pinheiro e Angelo de Sousa.

Leitura em Fafe

A escritora e poetisa Maria Amélia Fernandes vai conversar, hoje, com as crianças de seis escolas do ensino básico do concelho, numa acção de promoção da leitura levada a cabo pelo pelouro da Cultura da Câmara Municipal.

As acções decorrem no Auditório da Casa

Municipal da Cultura, às 10 e 30 e 14 e 30, tendo como tema central a leitura do mais recente livro da autora «Magia de Natal». Os postais de Natal desenhados e pintados para um concurso promovido pela autarquia local estarão em exibição, a partir de amanhã e até ao final do mês, na Biblioteca Municipal.

Mas a programação de Dezembro da Biblioteca Calouste Gulbenkian não se fica por aqui, centrando-se na celebração do Natal.

A rubrica de exibição de filmes em vídeo tem mesmo a designação genérica «Histórias com Natal».

Assim, hoje, assista à película «O Conto de Natal dos Marretas».

Quanto ao espaço «Era uma Vez», serão apresentados contos como «O Dia Especial do Avô Pávnov», de Ruben Sallens, às 10 e 30 e às 15 horas.

Entretanto, durante todo o mês estará patente, no átrio da Casa Municipal de Cultura, um conjunto de trabalhos sobre o Pai Natal, resultantes do atelier de cerâmica realizado em Novembro último.

«Macbeth» em Lisboa

A partir de hoje e até ao dia 14, às 22 horas, o Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém (CCB) será palco para «Macbeth – Uma Tragédia Ibérica». Trata-se de uma peça teatral baseada no original de William Shakespeare.

Amanhã comemore, no Grande Auditório do CCB os 35 anos de Carreira de Carlos do Carmo assistindo a um espectáculo de fado «puro e duro» a cargo do próprio.

Este sábado, dia 12, o grupo Zen vai actuar na «Feira Mix», no Mercado da Ribeira. Um concerto de jazz a cargo da Italian Instabile Orchestra é a sugestão da Culturgest (Grande Auditório) para o domingo, dia 13, às 21 e 30.

Dois dias depois, no mesmo local e à mesma hora, será a vez de escutarmos «Canções Nómadas», um recital oferecido pela artista grega Angelique Ionatos.

Exposição no Porto

A Casa de Serralves albergará, até ao dia 24 de Janeiro de 1999, uma exposição de

Ana Vieira.

A exposição reunirá antologicamente, pela primeira vez, um conjunto de obras históricas da artista, sendo muitas delas reconstituídas e adaptadas especificamente para o espaço de Serralves.

Animação em Vila Real de Santo António

«Bem Está o Que Acaba Bem» é o título da peça teatral a que poderá assistir, no sábado, dia 12, pelas 21 e 30, no Auditório do Centro Cultural.

No mesmo local, mas no dia 15, a partir das 14 e 30, participe, junto dos seus filhos, na Festa de Natal da Criança «Os Amigos de Natal».

Museu do Vidro na Marinha Grande

O domingo, dia 13, ficará para sempre assinalado como a data da inauguração do tão esperado Museu do Vidro da Marinha Grande.

Para comemorar a realização de um sonho de mais de um século, a autarquia local promove um programa de festas que começa com uma alvorada de foguetes (9 horas) e passa pela reconstituição cénica de Obragem do Século XVII, encenada por Norberto Barroca, a decorrer na zona antiga de produção de cristalaria da Fábrica-Escola Irmãos Stephens (11 e 15).

A visita do Presidente da República, Jorge Sampaio, ao Museu será seguida de um concerto de música barroca pela Banda Filarmónica das Beiras (11 e 50). Oito exposições – umas temporárias (de três a seis meses) outras de longa duração (um ano e mais) – constituem o conjunto de mostras que marcam a abertura ao público do Museu do Vidro.

«Mestres de Fogo», «O Vidro na Filatelia», «O Marquês de Pombal», «História Postal do Distrito de Leiria», «Os Portugueses no Oriente», «In Vitro'98» e duas exposições compostas por peças do espólio das colecções do Museu do Vidro, são as mostras que a partir de domingo poderão ser visitadas e apreciadas.

SUGESTÃO

«VENENO GOTA A GOTA»

Cobras, escorpiões, aranhas e anfíbios vivos são alguns dos animais venenosos que podem ser apreciados na exposição «Veneno Gota a Gota», que se encontra patente no Museu Zoológico da Universidade de Coimbra.

Na mostra, que tem uma dimensão pedagógica e as escolas como público-alvo, são exibidas várias dezenas de organismos vivos e de exemplares conservados, estes da valiosa colecção do museu.

Entre os anfíbios vivos em exposição contam-se algumas rãs da América do Sul, cuja pele segrega um veneno que os índios utilizam na caça, colocando uma pequena porção na seta com que atingem as presas.

Além dos organismo vivos e dos exemplares conservados - como centopeias, peixes-aranha, medusas e moluscos - modelos em grande escala, fotografias históricas e textos didácticos convidam o visitante a «repensar os mitos existentes em torno dos animais venenosos».

Aberta ao público até 24 de Janeiro, esta mostra pretende dar a conhecer «o fantástico mundo dos seres invulgares, dotados de armas de defesa extremamente eficazes».

A exposição «Veneno Gota a Gota» tem a colaboração de alguns dos melhores centros de investigação e imunoterapia antivenenosa - nomeadamente do Instituto Pasteur (França), Instituto Butantan (Brasil) e do National Institute of Preventive Medicine (China), pretendendo também render homenagem a um século de investigação nesta área.

Encerrado há mais de uma década, o Museu Zoológico da Universidade de Coimbra (secção de Zoologia do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências e Tecnologia) tem prevista a reabertura da sua exposição permanente para 1999.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Balada da sociedade de consumo

Eles cantavam nas margens dos grandes rios.

Havia a sociedade de consumo. Mas eles perguntavam e o homem? É só o que consomem

é só o homem e o seu sumo? Onde está o homem? O homem? O homem?

E cantavam nas margens dos grandes rios.

Havia automóveis frigoríficos televisão Havia sociedades por acções

Mas eles perguntavam: e o amor? É só a solidão? É só esta mobília a prestações?

E cantavam nas margens dos grandes rios.

Havia o verbo ser e o verbo ter havia o não haver e o haver de mais Mas eles perguntavam: e viver?

É só este não ser para ter mais?

E cantavam nas margens dos grandes rios

Manuel Alegre

Concerto
Prince
 Primeira parte
Larry Graham
 15 de Dezembro
 Pavilhão Multiusos • Parque das Nações

JÁ CHEGAMOS À MADEIRA?



O que se está a passar na Comissão de Inquérito Parlamentar, constituída para analisar os favores do defuncto governo do PSD a certos grupos económicos, em matéria de privatizações, *É UMA VERGONHA*. Convém recordar que esta Comissão de Inquérito foi formada por iniciativa do PCP aquando da constituição de outra Comissão que investiga as relações do governo PS com os Grupos Económicos e têm, por virtude das regras regimentais, uma presidência indicada pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tendo iniciado as suas funções praticamente ao mesmo tempo (imediatamente antes das férias) a 1ª Comissão tem já um longo trabalho realizado, enquanto a 2ª Comissão só agora dá os primeiros passos em matéria de inquirição.

É evidente que não se trata (só) de uma questão de competência (ou incompetência) dos respectivos Presidentes; há, no que diz respeito, à 2ª Comissão uma clara intenção de boicote e descredibilização dos trabalhos de investigação parlamentar. A este ritmo, a 2ª Comissão, encerrará, por virtude da lei que lhe é aplicável, sem poder concluir seja o que for. Mas é exactamente isso que interessa ao PSD, pois já deu para perceber que os últimos períodos de governação financeira daquele Partido, foram férteis em irregularidades, falta de transparência e inequívocos favoritismos. Só que isto tem dois tratamentos possíveis. O primeiro é o político e, é exercido, em tempo, pela Assembleia da República ou

preferentemente pelo eleitorado. Ora o eleitorado disse em 1995 de forma muito clara o que pensa da governação do PSD e, segundo tudo o indica, prepara-se para repetir a dose reforçada nas próximas eleições gerais. O 2º tratamento é o jurídico e compete a quem se considere prejudicado recorrer aos tribunais e esperar, porventura pacientemente, a respectiva decisão. No que diz respeito à matéria objecto do inquérito em apreciação, o PS desejou proceder à sua análise no Parlamento. Elaborou em tempo a respectiva proposta, mas o rolo compressor da maioria absoluta do PSD inviabilizou qualquer discussão. Foi aliás por isso que o PS não foi particularmente entusiasta desta 2ª Comissão de Inquérito. Aceitou-a, como era seu dever, e tudo fará para que possa contribuir para o seu adequado funcionamento.

É neste ponto que a minha preocupação é grande e o meu juízo é directo: o comportamento do Presidente da Comissão é uma verdadeira vergonha e deve, por isso, ser censurado. O Senhor Presidente tudo fez para alterar as decisões democráticas tomadas pela Comissão em matéria de audições e no limite da obstrução ensaio, para já com êxito, uma clara manobra de humilhação do Parlamento. A pretensa cedência dos deputados, ao horário preferido pelo Senhor Presidente da SONAE, é um bom exemplo desta estratégia. Tudo se passou e ocorreu sob a responsabilidade e liderança do Presidente da Comissão e portanto, se alguma cedência houve, tal deve

ser-lhe directamente imputada. Só que o Presidente da Comissão não se limitou a ser incompetente - foi mesmo provocador. Em declarações proferidas à comunicação social, já depois da audição do Presidente da SONAE, em completa sintonia com o Presidente do seu Grupo Parlamentar, (deputado Marques Mendes), produziu um violento ataque ao Parlamento e procurou responsabilizar os deputados do PS e do PCP pelo incidente. Procedimentos habituais na Madeira, mas que não permitiríamos que façam o seu caminho no continente e, nomeadamente, na Assembleia da República. Claro que a manobra não foi tão inocente quanto isso, e não decorreu apenas da falta de cultura democrática do deputado madeirense; a confusão gerada ocultou, pelo menos temporariamente, a verdadeira natureza do testemunho do empresário Belmiro à Comissão: *A acusação directa e grave ao governo do PSD pelo seu comportamento em matéria de privatizações, que terá lesado o Estado (em 3 milhões de contos) e alguns particulares de boa-fé.* A denúncia foi de tal ordem que alguém necessariamente terá de ser *incriminado*: ou quem a proferiu, se o fez levemente, ou quem foi o destinatário dessa acusação. Vamos esperar algum tempo para ver! Mas para já, e na defesa da dignidade do Parlamento, devemos levar, até ao fim, a apreciação do comportamento do Presidente da Comissão, censurando-o veementemente como merece.

«Os médicos da greve "self-service" que viram as costas aos doentes em sofrimento nos hospitais são como os suinicultores que se manifestam atirando os porcos para a estrada e deixando-os agonizar.»
Miguel Sousa Tavares
Público, 4 de Dezembro

«Atirar porcos em andamento para o Terreiro do Paço, promover assaltos à mão armada a camiões espanhóis, cortar estradas nacionais e provocar incidentes com a polícia em directo para os telejornais não são formas de luta, são formas de intimidação pública vizinhas do terrorismo, puro e simples.»
Idem, ibidem

«Os direitos humanos fundamentais não são património de um Estado no interior das suas fronteiras.»
Alberto Martins
Jornal de Notícias, 5 de Dezembro

«Todos parecem supor que a política se faz por "lobbies" e golpaças, e que o desenvolvimento de uma região está assegurado desde que tenha uma universidade na lapela.»
Eduardo Prado Coelho
Público, 5 de Dezembro

«Uma universidade não se inventa de pé para a mão: exige dinheiro, claro, mas exige sobretudo um grau de desenvolvimento científico que permita que quem lá ensine tenha um mínimo de competência naquilo que diz. E professores não é a mesma coisa que supermercados.»
Eduardo Prado Coelho
idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macao	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macao	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Maria João Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz